

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90387/2025**

**PROCESSO: 6210.2025/0009425-7**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICA, CIRÚRGICA, PSIQUIÁTRICA, ORTOPÉDICA DE ADULTOS, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA GINECOLÓGICA E PEDIÁTRICA, TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PEDIÁTRICA E ATENDIMENTO NEUROCIRÚRGICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM) DE MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA INCLUINDO UTILIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A GESTÃO DA SUA UTILIZAÇÃO E PERMITIR O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE ASSISTENCIAL, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/05/2026 – 09hs**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: (NÃO)**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO.**

**FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO.**

## ÍNDICE

### I EDITAL

#### Preâmbulo

- 1 Embasamento Legal;
- 2 Objeto;
- 3 Condições de participação;
- 4 Acesso às informações;
- 5 Impugnação do Edital
- 6 Apresentação da Proposta de Preços;
- 7 Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;
- 8 Etapa de Lances;
- 9 Modo de disputa aberto;
- 10 Julgamento;
- 11 Habilitação;
- 12 Fase Recursal;
- 13 Adjudicação e Homologação;
- 14 Preço, Repactuação e dotação;
- 15 Condições do ajuste e Garantia para contratar;

- 16** Prazo para início da prestação dos serviços e condições;
- 17** Condições de recebimento e pagamento;
- 18** Das Penalidades;
- 19** Disposições Finais.

## **II ANEXOS**

**ANEXO I:** Minuta do Contrato

**ANEXO II:** Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Prestação do Serviço

**ANEXO II - A:** ANS – Acordo de Nível de Serviços

**ANEXO III:** Modelo de Proposta de Preços

**ANEXO III-A:** Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

**ANEXO IV:** Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo

**ANEXO V:** Modelo de Declarações

**ANEXO VI:** Critérios para Análise Econômico-Financeira

**ANEXO VII:** Modelo de Declaração de Vistoria Técnica

**ANEXO VIII:** Modelo de Declaração de Conhecimento Pleno das Condições para Prestação dos Serviços

## PREÂMBULO

O Hospital do Servidor Público Municipal, situado na Rua Castro Alves, 60, Aclimação, São Paulo, Capital, CEP 01532-000, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de menor preço, objetivando a prestação de serviços descrito (s) na Cláusula 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) - UASG nº 925102, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **09hs do dia 13/05/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/> – Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM, conforme IN 3 SEGES/2023.

## **1 EMBASAMENTO LEGAL**

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

## **2 OBJETO**

**2.1** O presente pregão tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICA, CIRÚRGICA, PSIQUIÁTRICA, ORTOPÉDICA DE ADULTOS, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA GINECOLÓGICA E PEDIÁTRICA, TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PEDIÁTRICA E ATENDIMENTO NEUROCIRÚRGICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM) DE MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA INCLUINDO UTILIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A GESTÃO DA SUA UTILIZAÇÃO E PERMITIR O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE ASSISTENCIAL, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.**

**2.2.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurando ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, **conforme ANEXO VII.**

**2.3.** A vistoria prévia será realizada de 2ª a 6ª feira, no horário das 08hs às 16hs, limitado até 01(um) dia útil imediatamente anterior à data de abertura da licitação;

**2.4.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**2.5.** Os agendamentos poderão ser feitos através do telefone (11) 3397-7972 / 3397-3328 / 3397-8136 / 3397-7711.

- 2.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. Ao final da visita a empresa deverá preencher o Anexo – Declaração de Visita Técnica e colher a assinatura do responsável do Hospital por acompanhar.
- 2.7. Caso o licitante opte pela não realização da vistoria, no dia do certame, deverá ser apresentado o Anexo – Declaração de Conhecimento Pleno das Condições para Prestação dos Serviços, através desta a licitante declara, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades de contratação, sob pena de inabilitação, **conforme ANEXO VIII.**
- 2.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 2.9. Os detalhamentos das especificações dos itens deste Termo de Referência figuram como Anexo II – Especificações Técnicas da Solução.

### 3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

#### 3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:

a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) – Certificado Digital ICP-Brasil.**

a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**

b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) **não** estejam sob processo de falência;

c.1 É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

d) **não** estejam constituídas em forma de consórcio;

e) **não** tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

f) **não** estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

g) **não** se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

g1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

g2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou

que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

**g3)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**g4)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**g.4.1)** As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**g5)** Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

**h) Poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem a todas as exigências deste edital.**

**3.2** As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

**3.2.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014** no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.1.1** A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.1.2** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

**3.3** Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

**3.4** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula "1" deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

## **4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**4.1** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias

úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico [hspmcjl@hspm.sp.gov.br](mailto:hspmcjl@hspm.sp.gov.br).

**4.2** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

## **5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**5.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, [hspmcjl@hspm.sp.gov.br](mailto:hspmcjl@hspm.sp.gov.br), em seu corpo ou documento anexo.

**5.1.1** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

**a)** do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

**b)** do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

**5.2** Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação (ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**5.3** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

**5.4** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

**5.5** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

**5.6** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**5.7** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

## **6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do serviço e o preço, com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

**6.1.1** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**6.1.2** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.

**6.1.3** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**6.1.4** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**6.1.5** Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem



inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete.

**6.1.5.1** Os preços unitários deverão possuir até 04 (quatro) casas decimais e o preço total 02 (duas) casas decimais.

**6.1.6** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

**6.1.7** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no Item 10.1. deste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo III deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

**6.1.7.1.** A empresa deverá encaminhar junto com a proposta as Planilhas de Custos e Formação de Preços, considerando cada categoria profissional prevista neste Edital. A planilha deverá especificar o regime de contratação da respectiva mão de obra e poderá ser elaborada de acordo com o modelo do Anexo III-A, com as adaptações que a licitante julgar necessárias para a demonstração dos custos e da formação dos preços.

**6.1.7.1.1.** É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

- a) Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordo, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros e resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em leis, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §1º, da Lei 14.133/21);
- b) Item relativo a despesas decorrentes de disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública. (art. 135, §2º da Lei 14.133/21)

**6.1.7.1.2.** A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o Pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no art. 12, III, da Lei 14.133/21.

**6.1.7.2.** A empresa licitante deverá apresentar junto com a proposta as seguintes declarações:

**6.1.7.2.1.** Do enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e justificativa para adoção do(s) respectivo (s) instrumento(s) coletivo(s) de trabalho a que se baseia sua proposta.

**6.1.7.2.2.** A convenção, acordo ou dissídio coletivo de cada categoria profissional na qual a proposta esteja vinculada, considerando o local da prestação dos serviços, para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação em razão da variação dos custos com a mão de obra empregada na execução dos serviços, acompanhada da (s) respectiva (s) cópia do (s) instrumento (s) de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo, vigente(s) à época da formulação da proposta,

com a indicação, em cada declaração, da data base de cada categoria, e outras informações que julgar pertinentes.

**6.1.8** A empresa licitante é responsável pela ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização incompatível de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado de vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156, II e IV, da lei 14.133/21, respeitado o contraditório e ampla defesa.

**6.1.9** A proposta deverá ter validade de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

## **7 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**7.1** Na data e horário indicado no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

**7.2** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

**7.3** Serão desclassificadas as propostas:

**a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;

**b)** que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;

**7.4** A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

**7.5** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

**7.6** Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

## **8 ETAPA DE LANCES**

**8.1** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

**8.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

**8.3** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 1% (um por cento) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**8.4** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**8.5** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.6** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



**8.7** Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.8** No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

**8.8.1** Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

**8.8.2** Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

**8.8.3** Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

**8.8.4** Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.9** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**8.10** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

**8.11** Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.

**8.12** Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.

**8.13** A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

**8.14** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado.

**8.15** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9 MODO DE DISPUTA ABERTO**

**9.1** No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

**9.1.1** A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.

**9.1.2** Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**9.1.3** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

## **10 JULGAMENTO**

**10.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO, GLOBAL ANUAL**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

**10.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

**10.3** É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

**10.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

**10.5** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3.

**10.6** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

**10.7** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro (a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, bem como a planilha de composição de custos.

**10.8** O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

**10.9** Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.

**10.10** Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

**10.11** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

**10.12** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

**10.13** A LICITANTE deverá anexar também, juntamente à proposta, Planilha de Custos e Formação de Preços.

## **11 HABILITAÇÃO**

**11.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

**11.2** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.

**11.2.1** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

**11.2.2.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 11.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

**11.2.3** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

**11.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

**11.4** Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

**11.5** A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

### **11.5.1 Habilitação jurídica:**

**a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

**b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;

**c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

**d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;

d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

**d.1)** No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.

g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

**11.5.2.1** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

#### **11.5.3 Qualificação econômico-financeira:**

a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

**a.1)** Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

**b.1)** Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992.

**b.2)** Serão considerados o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

**b.2.1)** Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande

circulação;

- b.2.2)** As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, através de Cópia, Registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;
- b.2.3)** Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.
- b.3)** Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral maiores ou iguais a 1,00, apurados segundo os parâmetros estabelecidos no Anexo V deste Edital, observada a norma do subitem **b.4).**
- b.4)** A empresa que não tiver alcançado a comprovação de patrimônio líquido não inferior a 3% (três por cento) do valor estimado da contratação será considerada inabilitada.

#### **11.5.4 Qualificação técnica:**

- a)** Comprovação de Registro da Empresa no Conselho Regional de Medicina – CRM;
- b)** Indicar os Responsáveis Técnicos para a execução dos serviços, acompanhada da comprovação dos respectivos Registros junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM, Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), nos termos das normas vigentes;
- c)** Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, o bom desempenho na execução do contrato, e demonstrando que os serviços executados contemplaram no mínimo 50% do quantitativo de plantões médicos solicitados, ou seja, 439 plantões médicos;
- d)** O(s) atestado(s) ou certidão (ões) deverá (ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

#### **11.5.5 Outros Documentos:**

**a)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

**b)** Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;



c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

**11.5.5.1** As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no **ANEXO V**, do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

**11.6** A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

**11.6.1** Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

**11.6.2** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do signatário.

**11.6.3** Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

**11.6.4** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.6.4.1** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

**11.6.4.2** Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante

**11.6.5** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

**11.6.6** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

**11.6.7** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

**11.6.8** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:



- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico [https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui/asp/sancoes.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx);
- d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos\\_e\\_servicos/empr esas\\_punidas/index.php?p=9255](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empr esas_punidas/index.php?p=9255);
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- f) Relação de apenados do tce/sp, disponível no endereço eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>;
- g) Cadastro integrado de condenações por ilícitos administrativos - cadicon, do tribunal de contas da união, disponível no endereço eletrônico <https://www.portal.tcu.gov.br/responsabilizacaopublica/licitantes-inidoneos>.

**11.6.8.1** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

**11.7** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

**11.7.1** Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

**11.7.1.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

**11.7.2** Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

**11.7.3** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

**11.7.4** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.7.5** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

## **12 FASE RECURSAL**

**12.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**12.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

**12.3** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**12.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**12.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

**12.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

## **13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **14 PREÇO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE E DOTAÇÃO**

**14.1.** Os preços devem incluir todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

**14.2.** Os preços do contrato serão repactuados observando-se os arts. 129 a 137 do Decreto Municipal 62.100/2022.

**14.2.1.** Os pedidos de repactuação dos preços, os quais não poderão compreender custos extraordinários, dependerão de requerimento da contratada instruído minimamente com documento que demonstre analiticamente a alteração dos custos, por meio de planilha

de custos e formação de preços, e do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral.

**14.2.2.** Os pedidos de repactuação serão analisados em até 45 dias corridos. A análise ficará suspensa enquanto a licitante contratada não apresentar toda a documentação necessária.

**14.2.3.** A planilha que acompanha o pedido de repactuação dos preços deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custos inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**14.2.4.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

**14.2.5.** A primeira repactuação observará o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como: custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço e custos da mão de obra não relacionados aos empregados celistas, ou, da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos, tudo nos termos da planilha de custos apresentada e aprovada na licitação.

**14.2.7.** A repactuação dos preços correspondentes à parcela dos custos decorrentes do mercado será realizada mediante a aplicação do índice IPC-FIPE, categoria geral, nos termos do Decreto Municipal 57.580/2017, com redação alterada pelo Decreto Municipal 64.775/25, ou outro que vier a substituí-lo por regulamento.

**14.2.8.** A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá, para custos decorrentes do mercado, à data da proposta, e para custos decorrentes de mão de obra, à data da produção de efeitos financeiros do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente.

**14.2.9.** Não será concedida nova repactuação no prazo inferior a 12 (doze) meses contados do último pedido.

**14.2.10.** As repactuações deverão ser solicitadas durante a vigência do contrato, sob pena de preclusão.

**14.3.** Repactuações ou reajustes serão formalizados por meio de apostilamento.

**14.4.** Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

**14.5.** Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão a dotação nº 02.10.10.302.4016.2.507.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0, do orçamento vigente.

## **15 CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR**

**15.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo I deste Edital.

**15.2.** Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

**15.2.1** Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

**15.2.2** A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**15.2.3** Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

**15.3** O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 18 deste edital.

**15.3.1** O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**15.3.2** O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

**15.4** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

**15.4.1** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

**15.4.2** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – Hospital do Servidor Público Municipal (UASG 925102).

**15.4.3** Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

**15.5** Deverá ser prestada garantia contratual, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da assinatura do contrato, no valor de 5% (cinco inteiros por cento) sobre o valor total do contrato, com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas, nos termos do art. 121, §3º, I da lei 14.133/21.

**15.6** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

**15.7** O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade.

**15.8** A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, multas aplicadas à empresa contratada e/ou verbas rescisórias inadimplidas.

**15.9** A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

**15.10** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 15.5.

#### **15.11 SUBCONTRATAÇÃO**

- a) A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de extinção unilateral do Contrato.

### **16 PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES**

**16.1** A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Minuta de Contrato (Anexo I) ou, excepcionalmente, por meio de Ordem de Início dos Serviços.

**16.1.1** O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminados no Anexo II deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

**16.1.2** O prazo de execução do contrato terá duração de **12 meses**, contados da data de início da execução, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na minuta de contrato - Anexo I deste Edital.

**16.1.3** Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

**16.1.4** Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

**16.1.5** A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

**16.1.6** Não obstante o prazo estipulado no subitem 16.1.2, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.



**16.2** A DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

**16.3** Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

## **17 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**17.1** As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo I deste Edital.

**17.2** Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

## **18 PENALIDADES**

**18.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

**18.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

**18.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do Hspm;

**18.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

**18.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

**18.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

**18.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

**18.4.2** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

**18.4.3** Multa 10% sobre o valor da remuneração mensal da categoria profissional médico por falta de cobertura de plantões médicos em quaisquer dos seguintes setores: Sala de Choque, UTIs Adulto e Pediátrica, Pronto Socorro Ginecológico, sem prejuízo de,



em caso de três ou mais reincidências, consecutivas ou não, de aplicação desta penalidade, restar caracterizada infração contratual de natureza grave, passível de extinção unilateral do contrato.

**18.4.4** Multa de 5% sobre o valor da remuneração mensal da categoria profissional médico por falta de cobertura de 50% dos plantões médicos solicitados para o Pronto Socorro Cirúrgico e Infantil, sem prejuízo de, em caso de três ou mais reincidências, consecutivas ou não, de aplicação desta penalidade, restar caracterizada infração contratual de natureza grave, passível de extinção unilateral do contrato.

**18.4.5** Multa de 1% sobre o valor da remuneração mensal da respectiva categoria por falta de cobertura integral de quaisquer postos da equipe multiprofissional (enfermeiro, técnico de enfermagem e fisioterapeuta), sem prejuízo de, em caso de três ou mais reincidências, consecutivas ou não, de aplicação desta penalidade, restar caracterizada infração contratual de natureza grave, passível de extinção unilateral do contrato.

**18.4.6** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

- 18.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 18.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Superintendência do Hospital do Servidor Público Municipal nos dias úteis, das 09 às 17 horas.
- 18.6.1** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 18.7** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 18.8** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

## **19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**19.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**19.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a HSPM não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**19.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

**19.4.1** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**19.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**19.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

**19.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21

**19.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

**19.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

**19.10** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

**19.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

**19.12** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

**19.13** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

**19.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

**19.15** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

**19.16** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

**19.17** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**19.18** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

**19.19** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**19.20** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.

**19.21** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 27 abril de 2026.

**Esther Vieira Murad Neves de Brito**  
**HSPM**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90387/2025****PROCESSO : 6210.2025/0009425-7****TIPO : MENOR PREÇO****ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO****TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2025.****PROCESSO: 6210.2025/0009425-7****PREGÃO ELETRONICO Nº 90387/2025**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICA, CIRÚRGICA, PSIQUIÁTRICA, ORTOPÉDICA DE ADULTOS, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA GINECOLÓGICA E PEDIÁTRICA, TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PEDIÁTRICA E ATENDIMENTO NEUROCIRÚRGICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA INCLUINDO UTILIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A GESTÃO DA SUA UTILIZAÇÃO E PERMITIR O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE ASSISTENCIAL, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL.**

**CONTRATANTE: HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.****CONTRATADA:****VALOR DO CONTRATO:****DOTAÇÃO A SER ONERADA:****NOTA DE EMPENHO:**

Termo de Contrato que entre si celebram o  
**HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO  
MUNICIPAL**, e a empresa.....

O **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**, neste ato representada pela Superintendente, ....., adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa....., com sede na ....., nº ....., Bairro: ..... Cidade: ....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº ....., neste ato representada por seu representante legal ..... (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho sob SEI \_\_\_\_\_, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

## DO OBJETO DO CONTRATO

**1.1** O presente contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICA, CIRÚRGICA, PSIQUIÁTRICA, ORTOPÉDICA DE ADULTOS, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA GINECOLÓGICA E PEDIÁTRICA, TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PEDIÁTRICA E ATENDIMENTO NEUROCIRÚRGICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA INCLUINDO UTILIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A GESTÃO DA SUA UTILIZAÇÃO E PERMITIR O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE ASSISTENCIAL, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM).**

**1.2** Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo II, parte integrante do edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento.

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**2.1** A prestação dos serviços será executada nas dependências da **CONTRATANTE**.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DO PRAZO CONTRATUAL

**3.1** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, de ...../...../20... (inclusive) a ...../...../20...podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa de preços prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

**3.1.1** Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

**3.1.2** Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/22, o ajuste **poderá** prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

**3.1.3** A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

**3.1.4** Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

## CLÁUSULA QUARTA

### DOS PREÇOS, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE

**4.1** O valor total estimado da presente contratação para o período de ..... (indicar o número de meses) é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**4.1.1** O valor mensal estimado da presente contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondendo à remuneração dos seguintes itens:

**Categoria I – Médicos**

Item	Descrição	Quantidade	V. Unitário	V. Mensal	V. anual
1	Médico Plantonista UTI Adulto  (12h diurno)	88	R\$	R\$	R\$
2	Médico Plantonista UTI Adulto  (12h noturno)	88	R\$	R\$	R\$
3	Médico Plantonista UTI Pediatria  (12h diurno)	12	R\$	R\$	R\$
4	Médico Plantonista UTI Pediatria  (12h noturno)	16	R\$	R\$	R\$
5	Médico Plantonista Adulto PSA  Consultório - Clínico (12h diurno)	85	R\$	R\$	R\$
6	Médico Plantonista Adulto PSA  Consultório - Clínico (12h noturno)	63	R\$	R\$	R\$
7	Médico Plantonista Adulto PSA  Consultório - Clínico (12h das 12h à 0h)	27	R\$	R\$	R\$
8	Médico Plantonista PSA - Clínico  Sala de Emergência (12h diurno)	22	R\$	R\$	R\$
9	Médico Plantonista PSA -Clínico  Sala de Emergência (12h noturno)	31	R\$	R\$	R\$
10	Médico Plantonista Adulto PSA - Cirurgia Geral  (12h diurno)	63	R\$	R\$	R\$
11	Médico Plantonista Adulto PSA - Cirurgia Geral  (12h noturno)	63	R\$	R\$	R\$



12	Médico Plantonista Adulto PSA – Ortopedia (12h diurno)	15	R\$	R\$	R\$
13	Médico Plantonista Adulto PSA - Ortopedia (12h noturno)	15	R\$	R\$	R\$
14	Médico Plantonista Neurocirurgião PSA (12h diurno)	44	R\$	R\$	R\$
15	Médico Plantonista Neurocirurgião PSA (12h noturno)	44	R\$	R\$	R\$
16	Médico Plantonista Psiquiatria PSA (12h diurno)	20	R\$	R\$	R\$
17	Médico Plantonista Psiquiatria PSA (12h noturno)	20	R\$	R\$	R\$
18	Médico Plantonista Pediatria PSI (12h diurno)	40	R\$	R\$	R\$
19	Médico Plantonista Pediatria PSI (12h noturno)	40	R\$	R\$	R\$
20	Médico Hospitalista (12h diurno)	31	R\$	R\$	R\$
21	Médico Hospitalista (12h noturno)	31	R\$	R\$	R\$
22	Médico plantonista PSG (12 h diurno)	10	R\$	R\$	R\$
23	Médico plantonista PSG (12 h noturno)	10	R\$	R\$	R\$
24	Médico Diarista (30h/semanais)	8	R\$	R\$	R\$
25	Médico Diarista (20h/semanais)	4	R\$	R\$	R\$
<b>Valor Total da Categoria I</b>				R\$	R\$

**CATEGORIA II – ENFERMEIRO**

Item	Descrição	Posto	Quantidade	V.Unitário	V. Mensal	V.anual
26	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto  6º andar	2	R\$	R\$	R\$
27	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto  6º andar	2	R\$	R\$	R\$
28	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto  7º andar	2	R\$	R\$	R\$
29	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto  7º andar	2	R\$	R\$	R\$
30	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto  10º andar	2	R\$	R\$	R\$
31	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto  10º andar	2	R\$	R\$	R\$
32	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	Enfermaria de Cuidados intermediários	2	R\$	R\$	R\$
33	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	Enfermaria de Cuidados intermediários	2	R\$	R\$	R\$
34	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Pediátrica	1	R\$	R\$	R\$
35	Enfermeiro	UTI Pediátrica	1	R\$	R\$	R\$

	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00					
36	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	PSA	5	R\$	R\$	R\$
37	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	PSA	5	R\$	R\$	R\$
38	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	Interação Retaguarda	2	R\$	R\$	R\$
39	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	Interação Retaguarda	2	R\$	R\$	R\$
40	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	PSI	2	R\$	R\$	R\$
41	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	PSI	2	R\$	R\$	R\$
42	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	PSG	1	R\$	R\$	R\$
43	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	PSG	1	R\$	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL DA CATEGORIA II</b>					<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

**CATEGORIA III – EQUIPE TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

Item	Descrição	Posto	Qtidade.	V. Unitário	V. Mensal	V.anual
44	Técnico de enfermagem  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	UTI Adulto  6º andar	5	R\$	R\$	R\$
45	Técnico de enfermagem  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 7:00	UTI Adulto  6º andar	5	R\$	R\$	R\$
46	Técnico de enfermagem  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	UTI Adulto  7º andar	5	R\$	R\$	R\$
47	Técnico de enfermagem  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 7:00	UTI Adulto  7º andar	5	R\$	R\$	R\$
48	Técnico de enfermagem  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	UTI Adulto  10º andar	5	R\$	R\$	R\$
49	Técnico de enfermagem  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 7:00	UTI Adulto  10º andar	5	R\$	R\$	R\$
50	Técnico de enfermagem  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	Enfermaria de  Cuidados intermediários	5	R\$	R\$	R\$
51	Técnico de enfermagem  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 7:00	Enfermaria de  Cuidados intermediários	5	R\$	R\$	R\$
52	Técnico de enfermagem  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	UTI Pediátrica	3	R\$	R\$	R\$

53	Técnico de enfermagem  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 7:00	UTI Pediátrica	3	R\$	R\$	R\$
54	Técnico de Enfermagem  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	PSA	14	R\$	R\$	R\$
55	Técnico de Enfermagem  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 7:00	PSA	14	R\$	R\$	R\$
56	Técnico de Enfermagem  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	Interação Retaguarda	6	R\$	R\$	R\$
57	Técnico de Enfermagem  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 7:00	Interação Retaguarda	6	R\$	R\$	R\$
58	Técnico de Enfermagem  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	PSI	3	R\$	R\$	R\$
59	Técnico de Enfermagem  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 07:00	PSI	3	R\$	R\$	R\$
60	Técnico de Enfermagem  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	PSG	1	R\$	R\$	R\$
61	Técnico de Enfermagem  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 07:00	PSG	1	R\$	R\$	R\$
<b>Valor total da categoria III</b>					R\$	R\$

**CATEGORIA IV– EQUIPE FISIOTERAPIA**

Item	Descrição	Posto	Qtidade.	V. Unitário	V. Mensal	V.anual
62	Fisioterapeuta  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	UTI Adulto  6 ° andar	1	R\$	R\$	R\$
63	Fisioterapeuta  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 07:00	UTI Adulto  6 ° andar	1	R\$	R\$	R\$
64	Fisioterapeuta  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	UTI Adulto  7 ° andar	1	R\$	R\$	R\$
65	Fisioterapeuta  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 07:00	UTI Adulto  7 ° andar	1	R\$	R\$	R\$
66	Fisioterapeuta  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	UTI Adulto  10 ° andar	1	R\$	R\$	R\$
67	Fisioterapeuta  12 horas diárias – noturno – segunda a domingo  19:00 às 07:00	UTI Adulto  10 ° andar	1	R\$	R\$	R\$
68	Fisioterapeuta  12 horas diárias – diurno – segunda a domingo  7:00 às 19:00	Enfermaria de Cuidados intermediár	1	R\$	R\$	R\$



		ios				
69	Fisioterapeuta	Enfermaria de				
	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo	Cuidados	1	R\$	R\$	R\$
	19:00 às 07:00	intermediários				
70	Fisioterapeuta	UTI Pediátrica	1	R\$	R\$	R\$
	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo					
	7:00 às 19:00					
71	Fisioterapeuta	UTI Pediátrica	1	R\$	R\$	R\$
	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo					
	19:00 às 07:00					
72	Fisioterapeuta	PSA	1	R\$	R\$	R\$
	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo					
	7:00 às 19:00					
73	Fisioterapeuta	PSA	1	R\$	R\$	R\$
	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo					
	19:00 às 07:00					
74	Fisioterapeuta	PSI	1	R\$	R\$	R\$
	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo					
	7:00 às 19:00					
75	Fisioterapeuta	PSI	1	R\$	R\$	R\$
	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo					
	19:00 às 07:00					
76	Fisioterapeuta	Interação Retaguarda	1	R\$	R\$	R\$
	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo					
	7:00 às 19:00					
Valor total da categoria IV					R\$	R\$

**CATEGORIA V– EQUIPE SUPERVISORES**

Item	Descrição	Posto	Qtidade.	V. Unitário	V. Mensal	V.anual
77	ENFERMEIRO SUPERVISOR  8 horas diárias – diurno – segunda a domingo  06:00 às 15:00	GERAL	2	R\$	R\$	R\$
78	ENFERMEIRO SUPERVISOR  8 horas diárias – diurno – segunda a domingo  13:00 às 22:00	GERAL	2	R\$	R\$	R\$
79	ENFERMEIRO SUPERVISOR  8 horas diárias – noturno – segunda a domingo  22:00 às 06:00	GERAL	1	R\$	R\$	R\$
80	FISITERAPEUTA SUPERVISOR  8 horas diárias – diurno – segunda a domingo  09:00 às 15:00	GERAL	1	R\$	R\$	R\$
81	FISITERAPEUTA SUPERVISOR  8 horas diárias – diurno – segunda a domingo  15:00 às 21:00	GERAL	1	R\$	R\$	R\$
82	MÉDICO SUPERVISOR  8 horas diárias – diurno – segunda a domingo  07:00 às 16:00	GERAL	1	R\$	R\$	R\$
<b>Valor total da categoria V</b>				R\$		R\$
<b>Valortotal das Categorias I, II,III, IV e VI</b>				R\$		R\$

**4.2** Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

**4.3** Para fazer às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº ....., no valor de R\$ .....(.....), onerando a dotação orçamentária nº ..... do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

**4.4** Os preços do contrato serão repactuados observando-se os arts. 129 a 137 do Decreto Municipal 62.100/2022.

**4.4.1** Os pedidos de repactuação dos preços, os quais não poderão compreender custos extraordinários, dependerão de requerimento da contratada instruído minimamente com documento que demonstre analiticamente a alteração dos custos, por meio de planilha de

custos e formação de preços, e do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral.

**4.4.2** Os pedidos de repactuação serão analisados em até 45 dias corridos. A análise ficará suspensa enquanto a licitante contratada não apresentar toda a documentação necessária.

**4.4.3** A planilha que acompanha o pedido de repactuação dos preços deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custos inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**4.4.4** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

**4.4.5** A primeira repactuação observará o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como: custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço e custos da mão de obra não relacionados aos empregados celistas, ou, da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos, tudo nos termos da planilha de custos apresentada e aprovada na licitação.

**4.4.6** A repactuação dos preços correspondentes à parcela dos custos decorrentes do mercado será realizada mediante a aplicação do índice IPC-FIPE, categoria geral, nos termos do Decreto Municipal 57.580/2017, com redação alterada pelo Decreto Municipal 64.775/25, ou outro que vier a substituí-lo por regulamento.

**4.4.7** A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá, para custos decorrentes do mercado, à data da proposta, e para custos decorrentes de mão de obra, à data da produção de efeitos financeiros do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente.

**4.4.8** Não será concedida nova repactuação no prazo inferior a 12 (doze) meses contados do último pedido.

**4.4.9** As repactuações deverão ser solicitadas durante a vigência do contrato, sob pena de preclusão.

**4.5** Repactuações ou reajustes serão formalizados por meio de apostilamento.

**4.6** Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

**4.7** Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão a dotação nº 02.10.10.302.4016.2.507.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0, do orçamento vigente.

## **CLÁUSULA QUINTA**

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

#### **5.1** São obrigações da CONTRATADA:

**a)** Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;

**b)** Garantir total qualidade dos serviços contratados;

**c)** Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, ANEXO II do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;

**d)** Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações

necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

**e)** Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;

**f)** Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;

**g)** Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

**h)** Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;

**i)** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**j)** Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;

**k)** Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.2** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

## **CLÁUSULA SEXTA**

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1** Fiscalizar todas as obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo II do Edital, cabendo-lhe especialmente:

**a)** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

**b)** Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

d) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;

g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;

i) Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/22;

j) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;

k) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

**6.2)** A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

**6.3** A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

## **CLÁUSULA SETIMA**

### **DO PAGAMENTO**

**7.1** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

**7.1.1** Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**7.1.2** Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

**7.2** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da (s) respectiva (s) nota(s) fiscal (is) ou nota (s) fiscal (is)/fatura, bem

como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

**7.2.1.1.** A Contratante solicitará à Contratada, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura;

**7.2.1.2.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal de contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto conforme Anexo II – A (ANS – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS) e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado à Divisão de Contratos;

**7.2.1.3.** Os pagamentos mensais serão realizados considerando os serviços efetivamente realizados considerando:

a) a escala executada no mês de medição, calculando-se a remuneração a ser paga a partir dos quantitativos de plantões médicos e de postos de trabalho atendidos, aplicando-se, ao final do valor apurado, eventual desconto em função da pontuação obtida na medição da qualidade dos serviços, se for o caso, conforme formulário Anexo II-A do Edital (ANS- Acordo de Nível de Serviços);

b) A realização dos descontos indicados na alínea “a” não prejudica a aplicação de sanções à Contratada em virtude da inexecução dos serviços;

**7.2.1** No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09.

**7.2.2** Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09 e da Portaria SF nº 101/05, com as alterações da Portaria SF nº 118/05.

**7.3** Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia (s) da (s) mesma (s) deverá (ão) acompanhar os demais documentos.

**7.4** A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

**I** - relação atualizada dos empregados vinculados à execução do contrato, no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

**II** - folha de frequência dos empregados vinculados à execução do contrato, no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

**III** - folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato, do mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;



**IV** - Guia do FGTS Digital - GFD com seu respectivo comprovante de pagamento, correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**V** - relatório de conferência “Detalhe da guia emitida” do FGTS Digital, com a relação de empregados correspondentes a GFD apresentada, do mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**VI** - protocolo da DCTF WEB que demonstre os valores a recolher da Contribuição Previdenciária correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**VII** - DARF gerado na DCTF WEB, com seu respectivo comprovante de pagamento, referente à contribuição previdenciária (INSS) correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**VIII** - comprovante de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário, relativos ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**IX** - comprovante do pagamento de vale transporte e vale alimentação nos termos da convenção coletiva, relativos ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**X** - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional, quando houver, ocorridos no mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**XI** - comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região Metropolitana onde serão prestados os serviços;

**XII** – no pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, cópia dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou comprovação de realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços.

**XIII** - Os documentos relacionados serão encaminhados para pagamento quando resolvidos todas as divergências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto contratado.

**7.4.1** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

**7.5** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

**7.6** Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

**7.7** A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 7.4.1, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

**7.8** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

**7.9** Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

## **CLÁUSULA OITAVA**

### **DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO**

**8.1** O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

**8.2** O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.

**8.3** A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

**8.4** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**8.5.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**8.6.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**8.6.1.** **Constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do artigo 137, I, da lei 14.133/21, com a consequente realização de novo processo licitatório, a situação que se impõe à Contratada a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiros à Contratante, em cumprimento de decisão judicial.**

## **CLÁUSULA NONA**

### **DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**9.1** A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, Anexo II do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

**9.2** A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.

**9.2.1** A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/22.

**9.3** O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.

**9.4** O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.

**9.5** Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

**9.5.1** O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços,

materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo II, verificadas posteriormente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA**

### **DAS PENALIDADES**

**10.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

**10.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

**a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

**b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

**10.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

**a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

**b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do HSPM;

**10.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

**10.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

**10.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

**10.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

**10.4.2** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

**10.4.3** Multa 10% sobre o valor da remuneração mensal da categoria profissional médico por falta de cobertura de plantões médicos em quaisquer dos seguintes setores: Sala de Choque, UTIs Adulto e Pediátrica, Pronto Socorro Ginecológico, sem prejuízo de, em caso de três ou mais reincidências, consecutivas ou não, de aplicação desta penalidade, restar caracterizada infração contratual de natureza grave, passível de extinção unilateral do contrato.

**10.4.4** Multa de 5% sobre o valor da remuneração mensal da categoria profissional médico por falta de cobertura de 50% dos plantões médicos solicitados para o Pronto Socorro Cirúrgico e Infantil, sem prejuízo de, em caso de três ou mais reincidências, consecutivas ou não, de aplicação desta penalidade, restar caracterizada infração contratual de natureza grave, passível de extinção unilateral do contrato.

**10.4.5** Multa de 1% sobre o valor da remuneração mensal da respectiva categoria por falta de cobertura integral de quaisquer postos da equipe multiprofissional (enfermeiro, técnico de enfermagem e fisioterapeuta), sem prejuízo de, em caso de três ou mais reincidências, consecutivas ou não, de aplicação desta penalidade, restar caracterizada infração contratual de natureza grave, passível de extinção unilateral do contrato.

**10.4.6** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

**10.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

**10.6** Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato após o prazo previsto no item 3.1.1 deste Contrato, estará sujeita à multa de:

a) 5% (cinco por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 60º e o 89º dia antes do término do contrato;

b) 10% (dez por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 20º e o 59º dia antes do vencimento do contrato;

c) 15% (quinze por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação a partir do 19º dia antes do vencimento do contrato até o seu termo.

**10.7** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

**10.7.1** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

**10.7.2** Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

**10.7.3** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**10.7.4** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

**10.8** Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

**10.9** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Superintendência do Hospital do Servidor Público Municipal nos dias úteis, das 09 às 17 horas.

**10.9.1** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

**10.10** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**10.11** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA GARANTIA**

**11.1** Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente ao importe 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do contrato, com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas, nos termos do artigo 121, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21, observado o quanto disposto na Portaria Municipal SF nº 76/2019.

**11.1.1** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

**11.1.1.1** O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula 10.2 deste contrato.

**11.1.2** A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, multas aplicadas à empresa contratada e/ou verbas rescisórias inadimplidas.

**11.1.3** A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

**11.1.4** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**11.2** A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Orientação Normativa nº 2/2012 da PGM.

**11.3** A Contratante poderá reter a garantia da execução contratual, se constatada a existência de ação trabalhista movida por empregado da contratada em face da Contratada/Contratante, tendo como fundamento a prestação de serviços durante a execução do presente contrato administrativo;

**11.4** O valor da garantia contratual retida poderá ser utilizado para depósito em juízo, nos autos da reclamação trabalhista, se a pendência não for solucionada mediante a extinção da ação; garantia do juízo pela Contratada ou exclusão da Contratante do polo passivo);

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

### **LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD**

**12.1** As partes obrigam-se a cumprir com todo rigor a Lei 13.709/2018 que trata da proteção de dados, jamais os colocando, por seus atos ou por sua omissão, em situação de violação à citada Lei.

**12.2** - Os dados tratados pela CONTRATANTE, bem como os tratados pela CONTRATADA, poderão ser comunicados entre si, a fim de cumprir com a execução dos serviços objeto do Contrato anteriormente firmado e para o atendimento médico-hospitalar. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados no Contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, a não ser para (i) cumprimento de obrigação legal ou regulatória (ii) no exercício regular de direito ou (iii) por determinação judicial ou por requisição da ANPD

**12.3** Caso as partes considerem que não possuem informações suficientes para o tratamento dos dados ou que uma instrução infringe as leis de proteção de dados, as partes notificarão uma a outra e aguardarão novas instruções em cada caso específico.



**12.4** As partes se certificarão que as pessoas autorizadas a tratar os Dados Pessoais e/ou sensíveis dos pacientes da CONTRATANTE assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

**12.5** Se os titulares dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiro solicitarem informações relativas ao tratamento de Dados Pessoais a que as partes tiveram acesso em decorrência do contrato de prestação de serviços, a parte envolvida submeterá esse pedido à apreciação da outra.

**12.6** Cada parte não poderá, sem instruções prévias da outra, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou permitir ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de Dados Pessoais obtidos em razão do contrato de prestação de serviços a qualquer terceiro, não inserindo-se no conceito de terceiro os funcionários, colaboradores e operadores envolvidos e necessários à execução dos serviços objeto do Contrato.

**12.7** Os dados tratados para cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços anteriormente firmado, após atingirem sua finalidade, serão eliminados pela CONTRATADA, preservando-se a confidencialidade, sigilo dos dados descartados a terceiros, ou poderão ser conservados exclusivamente para cumprir as finalidades dos incisos I, II e IV do artigo 16 da Lei 13.709/2020.

**12.8** A CONTRATADA não poderá transferir os dados obtidos em decorrência do Contrato de Prestação de Serviços, para fora do Brasil, nem terceirizar para uma subcontratada o tratamento dos dados dos pacientes da CONTRATANTE, salvo com expressa autorização prévia por escrito à **CONTRATANTE**.

**12.9** As partes implementarão as medidas técnicas, operacionais e organizacionais apropriadas para proteger e assegurar o correto tratamento dos dados dos pacientes.

**12.10** Caso ocorra a violação ou o vazamento dos dados obtidos por meio do contrato de prestação de serviços, a parte correspondente informará a outra acerca do fato, em prazo não superior a 36 (trinta e seis) horas a contar do conhecimento do ocorrido.

**12.11** Quando solicitado, as partes fornecerão uma a outra todas as informações necessárias para comprovar a conformidade com as obrigações previstas neste instrumento e na Lei 13.709/2018.

## **12.12 – DAS RESPONSABILIDADES**

**12.12.1** As partes terão total responsabilidade por qualquer violação de suas obrigações conforme estabelecido no presente Termo Aditivo, notadamente no que diz respeito aos dados obtidos e compartilhados para execução do Contrato de Prestação de Serviços anteriormente firmado.

**12.12.2** As partes serão responsáveis pela reparação dos danos causados pelo processamento nos casos em que não cumprir com as obrigações da Lei de Proteção de dados aplicáveis e dirigidos aos processadores ou se ela tiver agido fora ou contrária às instruções ajustadas no Contrato de Prestação de Serviços e respectivos Termos Aditivos firmados.

**12.12.3** As partes cumprirão a Lei Geral de Proteção de Dados e demais dispositivos legais sobre proteção de dados, comprometendo-se, por si, por seus diretores e seus prepostos a manter, nos termos da regulamentação aplicável, o absoluto sigilo sobre todas as informações, dados, materiais e documentos obtidos em razão do contrato firmado, relativamente a seus pacientes, titulares dos dados pessoais, obrigando-se a não compartilhar tais dados, divulgar, vender, comunicar, ceder ou fazer uso de quais quer dessas informações, dados, materiais, e documentos, sob pena de responsabilizar-se na forma da legislação aplicável, sem prejuízo de perdas e danos e outras cominações legais.”

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

**13.2** Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

**13.3** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

**13.4** Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

**13.5** A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

**13.6** A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13.7** No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 15.5 do edital.

**13.8** Fazem parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública do pregão sob SEI \_\_\_\_ e \_\_\_\_ do processo administrativo nº .....

**13.9** O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal n.º 62.100/22, Lei Federal n.º 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

**13.10** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

### **DO FORO**

**14.1** Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.



São Paulo, dd de mmm de aaaa

**Hospital do Servidor Público Municipal**

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

**Nome:**

**RG:**

**Cargo:**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90387/2025****PROCESSO : 6210.2025/0009425-7****TIPO : MENOR PREÇO****ANEXO II****TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****1. OBJETO**

Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços hospitalares destinados a atender a demanda de pacientes na área de Urgência e Emergência Clínica, cirúrgica, psiquiátrica, ortopédica de Adultos, Urgência e Emergência ginecológica e Pediátrica, Terapia Intensiva Adulto, Pediátrica e atendimento neurocirúrgico, com fornecimento de serviço de monitorização em tempo real de leitos de terapia intensiva incluindo utilização de licença de software para subsidiar o planejamento, a gestão da sua utilização e permitir o acompanhamento do desempenho e da qualidade assistencial, através de um sistema de monitoramento de indicadores de qualidade e desempenho hospitalar e fornecimento de serviço para controle de escalas médicas e da saúde, com utilização de ferramenta online para atender às necessidades do servidor público municipal da cidade de São Paulo (HSPM).

1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns uma vez descritos de forma específica e objetiva os padrões de desempenho e qualidade mínimos necessários à execução, cujos serviços se submetem a ampla fiscalização também pelos conselhos de classes e vigilância sanitária;

1.2. O prazo inicial de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável nas hipóteses legais.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

As unidades de emergência e de terapia intensiva são setores críticos do hospital, nas quais é imprescindível agilidade no atendimento, articulação adequada entre equipe multiprofissional, equipamentos de alta tecnologia e insumos para assistência, visando a manutenção e recuperação dos pacientes assegurando atendimento adequado aos pacientes de alta complexidade que necessitem de cuidados intensivos e de urgência e emergência, incluindo neurocirúrgica, ginecológica, ortopédica e psiquiátrica consequente às patologias clínicas e cirúrgicas.

Para melhor gestão de indicadores de qualidade e de processo e consequente gerenciamento de ações é fundamental a aplicação de ferramentas que assegurem o rendimento dos recursos hospitalares especialmente quanto à eficiência no uso de leitos hospitalares de terapia intensiva e segurança das práticas assistenciais, desenvolvendo ações sistêmicas de monitorização e governança clínica que sejam utilizadas na gestão das unidades.

A prefeitura do Município de São Paulo possui aproximadamente 228 mil servidores públicos ativos e inativos que, com seus dependentes legais, somam 500 mil potenciais usuários, todos com direito à atendimento à saúde no HSPM. O serviço dispõe de capacidade para 195 leitos de internação clínica e cirúrgica, um ambulatório de especialidades no prédio central e cinco unidades descentralizadas. A Unidade de Terapia Intensiva – UTI Adulto conta com 30 leitos enquanto a Unidade de Terapia Intensiva – UTI Pediátrica possui seis (06) leitos (quatro de UTI Pediátrica e dois de cuidados intermediários Pediátrica). O Serviço de Pronto Socorro Adulto (PSA) abrange o Serviço de Classificação de Risco com duas (02) salas nas quais utiliza-se a ferramenta de Manchester para Classificação, com profissionais devidamente habilitados, Sala de Medicação, consultórios, sala de coleta de exames laboratoriais, Sala de Sutura, Sala de Ortopedia, sala de ginecologia, Observação com dez (10) leitos, Sala de Choque com dois (02) leitos e 22 leitos de Internação da Retaguarda.

Como parte de sua produtividade registrou-se o número de atendimentos de urgência e emergência clínica adulto no HSPM de 46.768 no ano de 2024 de 7.042 pacientes com síndromes respiratórias/COVID, 14.377 emergências pediátricas. No mesmo período foram registrados 1.141 pacientes/dia em Unidades de Terapia Intensiva Adulto e 52 pacientes/dia em Unidades de Terapia Intensiva Pediátrica.

Em 19 de dezembro de 2023, por meio do Termo de Contrato 446/2023, foi realizada a contratação dos mesmos serviços objeto do presente Termo de Referência para o atendimento nas áreas críticas, assegurando maior suporte às Unidades de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrica, Emergência Clínica Adulto e Pediátrica, Psiquiátrica e Neurocirúrgica e internação em retaguarda. O quadro foi composto por três (03) médicos diaristas nas UTIs, 94 enfermeiros, 250 técnicos de enfermagem e 45 fisioterapeutas, além de uma média mensal de 573 plantões médicos de 12 horas, assegurando a continuidade e qualidade da assistência prestada aos pacientes por este equipamento de saúde.

Em razão da redução de leitos de UTI e da necessidade de ampliar a cobertura de especialidades médicas, faz-se necessária a realização de novo processo licitatório, de modo a readequar o número de profissionais e assegurar a assistência em setores essenciais, prevenindo situações de desassistência. Destaca-se que o último concurso público ocorreu em 2018 e, até o presente momento, as solicitações de abertura de novo certame não foram autorizadas, não havendo, portanto, perspectiva de reposição permanente do quadro funcional. Atualmente os serviços estão sendo executados por meio do Contrato nº 588/2025, com vigência limitada até a conclusão da licitação.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a adoção de contratação, por meio de novo processo licitatório, como medida indispensável para garantir a manutenção da qualidade e da continuidade da assistência prestada à população.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução completa de serviços especializados contempla prestação de serviços médicos, de enfermagem e de fisioterapia, destinados a atender a demanda de pacientes clínicos e cirúrgicos do HSPM, com fornecimento de serviço para controle de escalas médicas e da saúde, com utilização de ferramenta online e serviço de monitorização em tempo real de leitos de terapia intensiva.

### **4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

#### **4.1 Condições gerais**

4.1.1 A empresa Contratada deverá prestar serviços médicos nas áreas de Urgência e Emergência (Pronto Socorro) e Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) com equipe multiprofissional composta por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e fisioterapeutas, conforme quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

4.1.2 A empresa Contratada deverá fornecer serviço para controle de escalas médicas e da saúde, com utilização de ferramenta online.

4.1.3 Fica vedada a participação de empresas em consórcio nesta licitação, tendo em vista que se trata de serviço comum, cuja execução não demanda a atuação conjunta de empresas de enfermagem e fisioterapia com expertises distintas.

4.1.4 Quanto aos quantitativos de postos e plantões considerados no estudo, a estimativa foi elaborada com base na necessidade de cobertura assistencial para 30 leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto, seis leitos da UTI Pediátrica, 18 leitos de cuidados intermediários, além do atendimento nos serviços de Urgência e Emergência nas especialidades Adulto, Pediátrica, ginecológica, Psiquiátrica, Ortopédica, cirurgia geral e Neurocirúrgica, no Hospital do Servidor Público Municipal.

4.1.5 Foi realizado dimensionamento mínimo de profissionais a serem alocados no serviços de UTI e Urgência e Emergência, considerando legislação e recomendações de órgãos de classe e fiscalização da área da saúde, tais como: CFM,/CREMESP, COFEN/COREN, COFFITO/CREFITO E ANVISA, literatura existe, perfil do paciente atendido, dados estatísticos de atendimento e áreas de atuação ao paciente ou sítios de atuação.

4.1.6 Para a composição do quadro total de profissionais são necessários: 878 plantões médicos mensais de 12 horas, seis (06) médicos diaristas distribuídos entre as UTIs e as Unidades de Internação, 38 (trinta e oito) enfermeiros assistenciais, 94 (noventa e quatro) técnicos de enfermagem, 15 (quinze) fisioterapeutas assistenciais, além de 2 (dois) fisioterapeutas supervisores e 5 (cinco) enfermeiros supervisores. Ressalta-se, ainda, que para a equipe multiprofissional é obrigatória a manutenção de **postos fixos de trabalho**.

4.1.7 Para a composição do quadro total de profissionais médicos são necessários: 878 plantões médicos mensais de 12 horas e 12 (doze) médicos diaristas distribuídos entre as UTIs e as Unidades de Internação de acordo com quadros 1 e 2.

**Quadro 1. Apresentação do quantitativo necessário de profissionais médicos em Unidade de Terapia Intensiva Adulto e pediátrica e Serviço de Urgência e Emergência Adulto, ginecológica, pediátrica, ortopédica e neurocirurgia**

<i>Categoria Profissional MÉDICO</i>	<i>Estimativa Mensal de Plantões</i>
Médico Plantonista UTI Adulto (12h diurno)	88
Médico Plantonista UTI Adulto (12h noturno)	88
Médico Plantonista UTI Pediatria (12h diurno)	12
Médico Plantonista UTI Pediatria (12h noturno)	16
Médico Plantonista Adulto PSA Consultório - Clínico (12h diurno)	85
Médico Plantonista Adulto PSA Consultório - Clínico (12h noturno)	63
Médico Plantonista Adulto PSA Consultório - Clínico (12h das 12h à 0h)	27
Médico Plantonista PSA - Clínico Sala de Emergência (12h diurno)	22
Médico Plantonista PSA -Clínico Sala de Emergência (12h noturno)	31
Médico Plantonista Adulto PSA - Cirurgia Geral (12h diurno)	63
Médico Plantonista Adulto PSA - Cirurgia Geral (12h noturno)	63
Médico Plantonista Adulto PSA -Ortopedia (12h diurno)	15
Médico Plantonista Adulto PSA - Ortopedia (12h noturno)	15
Médico Plantonista Neurocirurgia PSA (12h diurno)	44
Médico Plantonista Neurocirurgia PSA (12h noturno)	44
Médico Plantonista Psiquiatria PSA (12h diurno)	20
Médico Plantonista Psiquiatria PSA (12h noturno)	20

Médico Plantonista Pediatria PSI (12h diurno)	40
Médico Plantonista Pediatria PSI (12h noturno)	40
Médico Hospitalista (12h diurno)	31
Médico Hospitalista (12h noturno)	31
Médico plantonista Pronto Socorro Ginecológico – (12h diurno)	10
Médico plantonista Pronto Socorro Ginecológico – (12h noturno)	10
<b>Total estimado de plantões médicos/mês</b>	<b>878</b>

4.1.8 O quadro 2 representa o quantitativo de diaristas necessários para a composição da equipe de UTI. São necessários oito (8) médicos diaristas com carga horária de 30 horas/semanais e quatro (4) médicos diaristas com carga horária de 20 horas/semanais para UTIs.

**Quadro 2. Apresentação do quantitativo de médicos diaristas UTI**

Diaristas UTI	
<i>Categoria profissional/setor</i>	<i>Quantitativo total mensal</i>
Diarista UTIs (30h/semanais)	8
Diarista UTIs (20h/semanais)	4

4.1.9 Para a assistência em Unidade de Terapia Intensiva Adulto e pediátrica, unidade de cuidados intermediários e em Serviço de Urgência e Emergência Adulto clínica e cirúrgica, pediátrica, psiquiatria, ortopedia, ginecologia e neurocirurgia é necessário a atuação de uma equipe assistencial composta por profissionais de fisioterapia e enfermagem, alocados **em postos fixos de trabalho**, conforme quadros 3,4 e 5.

**Quadro 3. Apresentação do quantitativo necessário de enfermeiros em Unidade de Terapia Intensiva Adulto e pediátrica e Serviço de Urgência e Emergência Adulto, pediátrica, psiquiatria, ortopedia, ginecologia e neurocirurgia, distribuído por postos de trabalho**

<i>Categoria profissional</i>	<i>Postos fixos de trabalho</i>	<i>Regimes/Períodos</i>	<i>Quantidade diária de profissionais por posto</i>
Enfermeiro	UTI Adulto 6º andar	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	2
Enfermeiro	UTI Adulto 6º andar	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	2
Enfermeiro	UTI Adulto 7º andar	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	2
Enfermeiro	UTI Adulto 7º andar	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	2
Enfermeiro	UTI Adulto 10º andar	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	2

Enfermeiro	UTI Adulto 10º andar	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	2
Enfermeiro	Enfermaria de Cuidados intermediários	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	2
Enfermeiro	Enfermaria de Cuidados intermediários	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	2
Enfermeiro	UTI Pediátrica	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	1
Enfermeiro	UTI Pediátrica	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	1
Enfermeiro	PSA	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	5
Enfermeiro	PSA	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	5
Enfermeiro	Interação Retaguarda	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	2
Enfermeiro	Interação Retaguarda	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	2
Enfermeiro	PSI	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	2
Enfermeiro	PSI	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	2
Enfermeiro	PSG	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	1
Enfermeiro	PSG	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	1
<b>Quantitativo total diário de enfermeiros</b>			<b>38</b>

**Quadro 4. Apresentação do quantitativo necessário de técnicos de enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva Adulto e pediátrica e Serviço de Urgência e Emergência Adulto, pediátrica, psiquiatria, ortopedia, ginecologia e neurocirurgia, distribuído por postos de trabalho**

<i><b>Categoria profissional</b></i>	<i><b>Postos fixos de trabalho</b></i>	<i><b>Regimes/Períodos</b></i>	<i><b>Quantidade diária de profissionais por posto</b></i>
Técnico de enfermagem	UTI Adulto 6º andar	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	5
Técnico de enfermagem	UTI Adulto 6º andar	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	5
Técnico de enfermagem	UTI Adulto 7º andar	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	5

Técnico de enfermagem	UTI Adulto 7º andar	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	5
Técnico de enfermagem	UTI Adulto 10º andar	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	5
Técnico de enfermagem	UTI Adulto 10º andar	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	5
Técnico de enfermagem	Enfermaria de Cuidados intermediários	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	5
Técnico de enfermagem	Enfermaria de Cuidados intermediários	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	5
Técnico de enfermagem	UTI Pediátrica	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	3
Técnico de enfermagem	UTI Pediátrica	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	3
Técnico de Enfermagem	PSA	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	14
Técnico de Enfermagem	PSA	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	14
Técnico de Enfermagem	Interação Retaguarda	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	6
Técnico de Enfermagem	Interação Retaguarda	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	6
Técnico de Enfermagem	PSI	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	3
Técnico de Enfermagem	PSI	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 07:00	3
Técnico de Enfermagem	PSG	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	1
Técnico de Enfermagem	PSG	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 07:00	1
<b>Quantitativo total diário de técnicos de enfermagem</b>			<b>94</b>

**Quadro 5. Apresentação do quantitativo necessário de fisioterapeutas em Unidade de Terapia Intensiva Adulto e pediátrica e Serviço de Urgência e Emergência Adulto, pediátrica, psiquiatria, ortopedia, ginecologia e neurocirurgia, distribuído por postos de trabalho**



<i><b>Categoria profissional</b></i>	<i><b>Postos fixos de trabalho</b></i>	<i><b>Regimes/Períodos</b></i>	<i><b>Quantidade diária de profissionais por posto</b></i>
Fisioterapeuta	UTI Adulto 6 ° andar	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	1
Fisioterapeuta	UTI Adulto 6 ° andar	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 07:00	1
Fisioterapeuta	UTI Adulto 7 ° andar	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	1
Fisioterapeuta	UTI Adulto 7 ° andar	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 07:00	1
Fisioterapeuta	UTI Adulto 10 ° andar	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	1
Fisioterapeuta	UTI Adulto 10 ° andar	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 07:00	1
Fisioterapeuta	Enfermaria de Cuidados intermediários	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	1
Fisioterapeuta	Enfermaria de Cuidados intermediários	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 07:00	1
Fisioterapeuta	UTI Pediátrica	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	1
Fisioterapeuta	UTI Pediátrica	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 07:00	1
Fisioterapeuta	PSA	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	1
Fisioterapeuta	PSA	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 07:00	1
Fisioterapeuta	PSI	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	1
Fisioterapeuta	PSI	12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 07:00	1
Fisioterapeuta	Interação Retaguarda	12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	1
<b>Quantitativo total diário de fisioterapeutas</b>			<b>15</b>

4.1.10 O quadro 6 representa o quantitativo de Supervisores de Enfermagem e Fisioterapia necessários para a composição da equipe de UTI adulto, unidade de cuidados intermediários, PS Adulto, retaguarda e Bloco pediátrico (UTIs pediátrico e Pronto Socorro Infantil). Para Enfermagem são necessários cinco (05) enfermeiros (supervisor), sendo dois (2) no horário das 06h às 15h, dois (2) no horário das 13h às 22h e um (1) no horário das 22h às 06h; para fisioterapeuta são necessários dois (02) fisioterapeutas (supervisor), sendo um (1) no horário das 09h às 15h, um (1) no horário das 15h às 21h.

**Quadro 6. Apresentação do quantitativo de supervisores de enfermagem e fisioterapia**

<i>Categoria profissional</i>	<i>Postos fixos de trabalho</i>	<i>Regimes/Períodos</i>	<i>Quantidade diária</i>
Enfermeiro supervisor	Geral	8 horas diárias – diurno – segunda a domingo 06:00 às 15:00	2
Enfermeiro supervisor	Geral	8 horas diárias – diurno – segunda a domingo 13:00 às 22:00	2
Enfermeiro supervisor	Geral	8 horas diárias – noturno – segunda a domingo 22:00 às 06:00	1
Fisioterapeuta supervisor	Geral	8 horas diárias – diurno – segunda a domingo 09:00 às 15:00	1
Fisioterapeuta supervisor	Geral	8 horas diárias – diurno – segunda a domingo 15:00 às 21:00	1
Médico Supervisor	Geral	8 horas diárias – diurno – segunda a domingo 07:00 às 16:00	1
<b>Quantitativo total diário</b>			<b>8</b>

#### 4.2 Garantia da contratação

Será exigida do contratado a apresentação de garantia contratual, com cobertura para verbas correspondente ao importe 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do contrato, conforme Edital.

#### 4.3. INSUMOS

A empresa contratada deverá disponibilizar software para controle de escalas médicas e da saúde, com utilização de ferramenta online, conforme especificações técnicas:

**A) Ferramenta para o controle de escalas médicas e da saúde, com objetivo de minimizar erros de gestão e pagamentos.**

A ferramenta visa organizar o planejamento dos turnos de trabalho garantindo a conformidade da escala ao configurar as regras de tempo máximo de cada turno e de descanso entre turnos.

O sistema deve contemplar as seguintes características:

- Dar publicidade à escala.

- Resolver conflitos de horários entre escalas.
- Anunciar e notificar as falhas na escala.
- Utilizar tags e catalogar os plantões, funcionários e equipes
- Manter os profissionais atualizados direto no aplicativo de celular, com acesso aos seus turnos e sincronizados com seus calendários pessoais (Google Calendar ou Calendário Apple).

**B) Serviço de monitorização em tempo real de leitos de terapia intensiva, com utilização de licença de software o sistema deverá atender, de forma global aos seguintes requisitos:**

- Monitoração em tempo real da ocupação dos leitos terapia intensiva;
- Gestão e Avaliação do desempenho e indicadores de Gestão da qualidade assistencial e realizar a comparação de indicadores relacionados à atividade-fim, em tempo real e online, com outras unidades de saúde do Brasil, através de um sistema de gestão de indicadores de qualidade e desempenho hospitalar e de equipe própria da empresa CONTRATADA para supervisão da qualidade dos dados neste sistema, permitindo também a avaliação periódica do desempenho e da qualidade assistencial indicando potenciais gargalos, alvos de intervenção e melhoria nos processos com melhor aplicação de recursos em benefício à população atendida
- Executar e registrar a assistência diária;
- Executar e registrar a assistência de enfermagem, administrando as diferentes intervenções sobre o paciente;
- Prestar informações e assistência aos acompanhantes dos pacientes;
- Tratar as possíveis complicações clínicas e/ou cirúrgicas que possam ocorrer ao longo do processo assistencial;
- Aplicar Tratamentos concomitantes diferentes daquele classificado como principal que motivou a internação do paciente e que possam ser necessárias adicionalmente devido às condições especiais do paciente e/ou outras causas.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A CONTRATADA deverá comparecer ao Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) no primeiro dia útil subsequente à assinatura do Termo de Contrato, em horário previamente agendado com a CONTRATANTE, para participação em reunião de apresentação do cronograma do plano de trabalho.

5.2. O cronograma do plano de trabalho terá como finalidade o detalhamento das etapas e respectivos prazos que a CONTRATADA deverá cumprir, desde a entrega da escala de profissionais até a implementação total dos serviços contratados, observando-se os seguintes prazos máximos para conclusão de cada etapa:

5.2.1 Entrega da Documentação e Escala de Profissionais (**em até 20 dias corridos contados a partir da reunião de apresentação do cronograma**): deverá ser entregue a relação completa dos profissionais a serem alocados, para fins de cadastro no Sistema de Gerenciamento Hospitalar (SGH) e demais sistemas pertinentes. Neste mesmo prazo, a CONTRATADA deverá apresentar:

- a escala completa da equipe assistencial;
- os currículos atualizados dos profissionais;
- a documentação comprobatória do atendimento aos requisitos exigidos no item 6 do Edital.

5.2.2 A escala deverá conter a identificação dos profissionais, suas respectivas categorias (como médicos, fisioterapeutas, enfermeiros e técnicos de enfermagem), turnos de trabalho e dias de atuação, garantindo cobertura adequada e contínua conforme as necessidades dos setores atendidos.

5.2.3 A partir do término do prazo da etapa 5.2.1 será emitida a Ordem de Início, a qual marcará o início formal da execução dos serviços contratados;

5.2.4 Integração da equipe às Normas Institucionais (até 5 dias corridos contados a partir da emissão da ordem de Início);

5.2.5 Etapa de Transição com a Equipe Atual (até 10 dias corridos contados a partir da emissão da ordem de início): deverá ocorrer a etapa de transição com a equipe atual, iniciando-se a atuação conjunta.

5.2.6 Implementação Total dos Serviços Contratados (até 3 dias corridos contados a partir do término da etapa 5.2.5): deverá ser concluída a implementação total dos serviços contratados, com plena operacionalização das atividades pela equipe da CONTRATADA.

5.3. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços na data e horário determinados na Ordem de Início, assegurando o pleno funcionamento das atividades previstas no contrato.

## **6. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

### **6.1. Plantonista Unidade de Terapia Intensiva Adulto/pediátrica**

Os médicos que atuarão em unidades de cuidados intensivos são chamados genericamente médicos Plantonistas. Na Unidade Adulto esta atividade pode ser exercida por profissionais de diferentes áreas, como: medicina intensiva, cardiologia, nefrologia, clínica médica, cirurgia, anestesiologia dentre outras atividades médicas afins. Cabe a este profissional ter amplo domínio da área e da especialidade, para empregar as técnicas avançadas baseadas em diagnósticos específicos.

6.1.1 Admitir e dar alta para pacientes internados na UTI;

6.1.2 Manter atualizada ferramentas de passagem de plantão que garantam, a continuidade do atendimento ao paciente e só se ausentar quando da chegada do novo plantonista;

6.1.3 Prescrever evoluir, solicitar e interpretar exames laboratoriais e de imagem para pacientes internados na UTI;

6.1.4 Realizar procedimentos como intubação oro traqueal, acesso venoso central, monitorização hemodinâmica invasiva, cricotireoidostomia, cateterização arterial, cateterização da artéria pulmonar, paracentese, drenagem torácica, marca-passo, cateterização do bulbo jugular, dentre outros.

6.1.5 Tratar as possíveis complicações clínicas que possam ocorrer ao longo do processo assistencial;

6.1.6 Realizar tratamentos concomitantes diferentes daquele classificado como principal que motivou a internação do paciente e que possam ser necessárias adicionalmente devido às condições especiais do paciente e/ou outras causas;

6.1.7 Participar de reuniões de discussão de casos;

6.1.8 Cumprir os protocolos clínicos e o regulamento da Instituição, dentre outras.

6.1.9 Cumprir responsabilidades técnicas, éticas e administrativas;

6.1.10 Entender a necessidade de implementação de mecanismos de gestão administrativa e de gestão da clínica que visem ao uso racional dos recursos e a melhor prática clínica, colaborando com o preenchimento rotineiro de sistemas de informação e/ou outros instrumentos de apoio à gestão.

6.1.11 Compreender que a família e todo o núcleo de relações do paciente são partes fundamentais e indissociáveis da vida de uma pessoa e por isso, buscará sempre incluir,

elucidar e fomentar suas presenças no ambiente da UTI, no máximo de tempo possível, de forma segura, responsável e humana.

**6.1.12 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços:**

Profissionais médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP com Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado ou Diploma de conclusão de Residência Médica ou especialização ou documento de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina Intensiva. Experiência prévia de no mínimo 6 meses em Unidades de Terapia Intensiva Adulto ou Pediátrica, conforme a área de atuação.

**6.2. Médico Plantonista Urgência e Emergência Adulto**

6.2.1 Atender pacientes com acometimentos, doenças e lesões que, em geral, não têm diagnóstico prévio e que precisam de atendimento médico imediato.

6.2.2 Iniciar investigações ou intervenções para tratar pacientes na fase aguda, como reanimação cardiopulmonar, estabilização hemodinâmica e encaminhar o paciente para o cuidado subsequente com o especialista de outras áreas ou serviços de apoio tais como Centro Diagnóstico Por Imagem, Centro Cirúrgico, Unidade de Internação ou Unidade de Terapia Intensiva;

6.2.3 Prescrever, evoluir, solicitar e interpretar exames laboratoriais e de imagem para pacientes que buscam o serviço ou estejam em observação;

6.2.4 Realizar procedimentos como intubação oro traqueal, acesso venoso central, monitorização hemodinâmica invasiva, cricotireoidostomia, cateterização arterial, cateterização da artéria pulmonar, drenagem torácica, marca-passo, diálise peritoneal, cateterização do bulbo jugular, dentre outros.

6.2.5 Tratar as possíveis complicações clínicas que possam ocorrer ao longo do processo assistencial;

6.2.6 Realizar tratamentos concomitantes diferentes daquele classificado como principal que motivou a internação do paciente e que possam ser necessárias adicionalmente devido às condições especiais do paciente e/ou outras causas;

6.2.7 Participar de reuniões de discussão de caso;

6.2.8 Cumprir os protocolos clínicos e o regulamento da Instituição, dentre outras.

6.2.9 Cumprir responsabilidades técnicas, éticas e administrativas;

6.2.10 Entender a necessidade de implementação de mecanismos de gestão administrativa e de gestão da clínica que visem ao uso racional dos recursos e a melhor prática clínica, colaborando com o preenchimento rotineiro de sistemas de informação e/ou outros instrumentos de apoio à gestão.

6.2.11 Compreender que a família e todo o núcleo de relações do paciente são partes fundamentais e indissociáveis da vida de uma pessoa e por isso, buscará sempre incluir, elucidar e fomentar suas presenças no ambiente de emergência, no máximo de tempo possível, de forma segura, responsável e humana.

**6.2.12 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços:**

Profissionais médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP com Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado ou Diploma de conclusão de Residência Médica ou

especialização ou documento de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Clínica Médica.

### **6.3. Médico Plantonista Urgência e Emergência pediátrica**

6.3.1 Atender pacientes com acometimentos, doenças e lesões que, em geral, não têm diagnóstico prévio e que precisam de atendimento médico imediato.

6.3.2 Iniciar investigações ou intervenções para tratar pacientes na fase aguda, como reanimação cardiopulmonar, estabilização hemodinâmica e encaminhar o paciente para o cuidado subsequente com o especialista de outras áreas ou serviços de apoio tais como Centro Diagnóstico Por Imagem, Centro Cirúrgico, Unidade de Internação ou Unidade de Terapia Intensiva;

6.3.3 Prescrever, evoluir, solicitar e interpretar exames laboratoriais e de imagem para pacientes que buscam o serviço ou estejam em observação;

6.3.4 Realizar procedimentos como intubação oro traqueal, acesso venoso central, monitorização hemodinâmica invasiva, cricotireoidostomia, cateterização arterial, cateterização da artéria pulmonar, drenagem torácica, marca-passo, diálise peritoneal, cateterização do bulbo jugular, dentre outros.

6.3.5 Tratar as possíveis complicações clínicas que possam ocorrer ao longo do processo assistencial;

6.3.6 Realizar tratamentos concomitantes diferentes daquele classificado como principal que motivou a internação do paciente e que possam ser necessárias adicionalmente devido às condições especiais do paciente e/ou outras causas;

6.3.7 Participar de reuniões de discussão de caso;

6.3.8 Cumprir os protocolos clínicos e o regulamento da Instituição, dentre outras.

6.3.9 Cumprir responsabilidades técnicas, éticas e administrativas;

6.3.10 Entender a necessidade de implementação de mecanismos de gestão administrativa e de gestão da clínica que visem ao uso racional dos recursos e a melhor prática clínica, colaborando com o preenchimento rotineiro de sistemas de informação e/ou outros instrumentos de apoio à gestão.

6.3.11 Compreender que a família e todo o núcleo de relações do paciente são partes fundamentais e indissociáveis da vida de uma pessoa e por isso, buscará sempre incluir, elucidar e fomentar suas presenças no ambiente de emergência, no máximo de tempo possível, de forma segura, responsável e humana.

### **6.3.12 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços:**

Profissionais médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP com Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado ou Diploma de conclusão de Residência Médica ou especialização ou documento de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Pediatria.

### **6.4. Médico diarista UTI**

6.4.1 Admitir dos diversos setores do hospital: PS, UTIs, ambulatorios, centro cirúrgico, setor de internação e dar alta para pacientes internados;

6.4.2 Prescrever evoluir, solicitar e interpretar exames laboratoriais e de imagem para pacientes internados nas unidades de internação;



6.4.3 Elaborar e supervisionar a condução do plano e planejamento diagnóstico e terapêutico dos pacientes internados em UTI garantindo a implementação, monitoração dos processos, a linearidade das condutas, a coerência de propósito e a continuidade de ação;

6.4.4 Realizar procedimentos de reanimação cardio-pulmonar quando agravamento de quadro clínico na unidade de internação e realizar procedimentos tais como intubação oro traqueal e passagem de acesso venoso central em situações de maior gravidade até transferência para setor crítico de cuidados.

6.4.5 Participar de reuniões de discussão de caso;

6.4.6 Cumprir os protocolos clínicos e o regulamento da Instituição, dentre outras.

6.4.7 Cumprir responsabilidades técnicas, éticas e administrativas;

6.4.8 Entender a necessidade de implementação de mecanismos de gestão administrativa e de gestão da clínica que visem ao uso racional dos recursos e a melhor prática clínica, colaborando com o preenchimento rotineiro de sistemas de informação e/ou outros instrumentos de apoio à gestão.

6.4.9 Compreender que a família e todo o núcleo de relações do paciente são partes fundamentais e indissociáveis da vida de uma pessoa e por isso, buscará sempre incluir, elucidar e fomentar suas presenças no ambiente hospitalar, no máximo de tempo possível, de forma segura, responsável e humana.

**6.4.10 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços:**

Profissionais médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP com Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado ou Diploma de conclusão de Residência Médica ou especialização e documento de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina Intensiva. Experiência prévia de no mínimo 6 meses em Unidades de Terapia Intensiva Adulto ou Pediátrica, conforme a área de atuação.

**6.5. Médico Neurocirurgia**

O profissional especialista exerce a função de diagnosticar e tratar doenças e lesões orgânicas do sistema nervoso.

6.5.1 Prescrever, evoluir, solicitar e interpretar exames clínico e subsidiários de imagem, para estabelecer o plano terapêutico para pacientes do serviço de emergência e internados de neurocirurgia no Setor de Urgência e Emergência;

6.5.2 Passar visita e realizar interconsultas da especialidade à pacientes internados de outras clínicas que requeriam avaliações de urgência, conforme escala da clínica, incluindo aos finais de semana, quando necessário.

6.5.3 Realizar procedimentos cirúrgicos de urgência, quando necessário.

6.5.4 Participar de reuniões de discussão de caso;

6.5.5 Cumprir os protocolos clínicos e o regulamento da Instituição, dentre outras.

6.5.6 Cumprir responsabilidades técnicas, éticas e administrativas;

6.5.7 Entender a necessidade de implementação de mecanismos de gestão administrativa e de gestão da clínica que visem ao uso racional dos recursos e a melhor prática clínica, colaborando com o preenchimento rotineiro de sistemas de informação e/ou outros instrumentos de apoio à gestão.



6.5.8 Compreender que a família e todo o núcleo de relações do paciente são partes fundamentais e indissociáveis da vida de uma pessoa e por isso, buscará sempre incluir, elucidar e fomentar suas presenças no ambiente hospitalar, no máximo de tempo possível, de forma segura, responsável e humana.

**6.5.9 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços:**

Profissionais médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP com Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado ou Diploma de conclusão de Residência Médica ou especialização ou documento de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Neurocirurgia.

**6.6. Enfermeiro/ Fisioterapeuta Supervisor**

6.6.1 Supervisionar a equipe, orientar e acompanhar as rotinas, fluxos e atividades desempenhadas em sua unidade e demais, se aplicável, para atender o paciente conforme rotina estabelecida, a fim de manter a qualidade de atendimento.

6.6.2 Visitar diariamente os setores onde houver atividade, observar as necessidades de trabalho, fornecer o suporte necessário para as equipes.

6.6.3 Avaliar continuamente o desempenho dos colaboradores, visando o crescimento individual e a melhoria contínua dos processos de trabalho, oferecer treinamentos e capacitação para melhores resultados.

6.6.4 Disseminar a cultura organizacional na prática diária de suas atividades, orientar, dar instruções, comunicar sempre a missão, visão e valores institucionais a fim de buscar alinhamento entre todos.

6.6.5 Acompanhar os casos de maior complexidade atendidos pela equipe, intervir e orientar os profissionais quando necessário, dentro dos padrões éticos, para garantir a resolução dos casos da melhor forma possível.

6.6.6 Acompanhar e assegurar o abastecimento de materiais e utilização dos equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades, junto a equipe do setor.

6.6.7 Notificar a coordenação ou gerência as ocorrências administrativas, técnicas ou assistenciais identificadas, conforme procedimento interno estabelecido.

6.6.8 Eventualmente realizar cobertura de escala assistencial na ausência ou necessidade, para prestar atribuições assistenciais conforme rotina do setor, afim de suprir a demanda sem comprometer a qualidade do atendimento ao cliente.

6.6.9 Identificar e propor melhoria contínua nos processos, visando a excelência da área.

6.6.10 Orientar a equipe em seus processos de trabalho, promover alinhamento, disseminar novas informações, melhorias de processos e garantir que detenham o conhecimento necessário para realização de suas atividades.

6.6.11 Participar de auditorias da qualidade das unidades ou setores sob sua responsabilidade, prestar informações, contribuir com conhecimentos e apresentar soluções e melhorias contínuas a fim de dar manutenção a certificações.

6.6.12 Participar de reuniões periódicas em unidades, áreas ou departamentos, a fim de dar instruções, prestar informações, fazer apresentações e contribuir para a tomada de decisões.

6.6.13 Participar de treinamentos oficiais da instituição quando solicitados, visando desenvolvimento e melhoria contínua, tanto de procedimentos quanto em relação a qualidade.

6.6.14 Fornecer relatórios de produtividade, qualidade e indicadores de serviços de atendimento aos clientes.

6.6.15 Enfermeiro supervisor realizar o preenchimento da ferramenta da gestão de segurança do paciente (EPIMED).

**6.6.16 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços como Enfermeiro Supervisor:**

Manter profissionais enfermeiros devidamente registrados no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo – COREN, com experiência comprovada de pelo menos doze meses nas áreas de Terapia intensiva, urgência/emergência ou em áreas correlacionadas e pós graduação ou residência concluída nas áreas de Enfermagem em Terapia intensiva, urgência/emergência ou em áreas correlacionadas.

**6.6.17 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços como Fisioterapeuta Supervisor:**

Manter profissionais fisioterapeutas devidamente registrados no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Estado de São Paulo – CREFITO, com experiência comprovada de pelo menos 12 meses nas áreas de Terapia Intensiva, Urgência e Emergência, com pós graduação concluída nas áreas de Terapia Intensiva, Urgência e Emergência ou residência em áreas correlacionadas, com título de especialista.

## **6.7. ENFERMEIRO**

6.7.1 Exercer suas atividades de acordo com a Lei do exercício profissional.

6.7.2 Prestar assistência, orientar e supervisionar serviços de enfermagem.

6.7.3 Aplicar a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE).

6.7.4 Apresentar capacidade de reconhecimento e atendimento de emergências (intercorrências).

6.7.5 Desempenhar atividades administrativas visando à continuidade da assistência aos usuários dos serviços hospitalares. Substituir responsável pela unidade em sua ausência.

6.7.6 Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de Biossegurança.

6.7.7 Realizar procedimentos privativos do enfermeiro.

6.7.8 Participar de reuniões de discussão de caso;

6.7.9 Cumprir os protocolos clínicos e o regulamento da Instituição, dentre outras.

6.7.10 Cumprir responsabilidades técnicas, éticas e administrativas;

6.7.11 Entender a necessidade de implementação de mecanismos de gestão administrativa e de gestão da clínica que visem ao uso racional dos recursos e a melhor prática clínica, colaborando com o preenchimento rotineiro de sistemas de informação e/ou outros instrumentos de apoio à gestão.

6.7.12 Incluir a presença do acompanhante, elucidar e fomentar suas presenças nos diversos ambientes hospitalares, no máximo de tempo possível, de forma segura, responsável e humana.

6.7.13 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços: Manter profissionais enfermeiros devidamente registrados no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo – COREN, com experiência comprovada de pelo menos 12 meses, nas áreas de Terapia Intensiva, Urgência e Emergência, Clínica e Cirúrgica, Pediatria, conforme área de atuação. com pós graduação concluída nas áreas correlatas.

6.7.14 Para os enfermeiros de pronto socorro adulto, pronto socorro infantil e pronto socorro ginecológico deverá manter colaboradores com o certificado de Sistema de Classificação de Risco Manchester, que tem por objetivo organizar a demanda de pacientes que procuram atendimento de emergência, identificando as prioridades clínicas antes da avaliação médica.

6.7.15 Para os enfermeiros da UTI Pediátrica deverão estar habilitados na passagem de Cateter central de inserção periférica (PICC), para maior segurança dos pacientes e com comprovação de certificado.

**6.7.16 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços nas unidades de cuidados intermediários.**

Manter profissionais enfermeiros devidamente registrados no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo – COREN, com experiência comprovada de pelo menos doze meses nas áreas de Internação Clínica e Cirúrgica e, preferencialmente, pós graduação ou residência concluída nas áreas de Enfermagem em Clínica e Cirúrgica ou em áreas correlacionadas.

**6.7.17 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços nas unidades de terapia intensiva**

Manter profissionais enfermeiros devidamente registrados no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo – COREN, com experiência comprovada de pelo menos doze meses nas áreas de terapia intensiva adulto ou pediátrica conforme área de atuação. e, preferencialmente, pós graduação ou residência concluída nas áreas de Enfermagem em Terapia intensiva adulto ou pediátrica conforme área de atuação.

**6.7.18 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços nas unidades de Urgência e Emergência adulto/pediátrica**

Manter profissionais enfermeiros devidamente registrados no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo – COREN, com experiência comprovada de pelo menos doze meses nas áreas de Urgência e Emergência adulto/pediátrica conforme área de atuação e, preferencialmente, pós graduação ou residência concluída nas áreas de Enfermagem em Terapia intensiva adulto ou pediátrica conforme área de atuação.

**6.7.19 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços nas unidades de Urgência e Emergência Ginecológica**

Manter profissionais enfermeiros devidamente registrados no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo – COREN, com experiência comprovada de pelo menos doze meses nas áreas de Ginecologia e Obstetrícia conforme área de atuação e, preferencialmente, pós graduação ou residência concluída nas áreas de Enfermagem em ginecologia e obstetrícia conforme área de atuação.

**6.8. Técnico de Enfermagem**

6.8.1 Exercer suas atividades de acordo com a Lei do exercício profissional;

6.8.2 Prestar assistência ao usuário do serviço hospitalar zelando pelo seu conforto e bem-estar.

6.8.3 Realizar procedimentos de enfermagem pertinentes às suas atribuições

6.8.4 Auxiliar em Procedimentos de maior complexidade.

6.8.5 Administrar medicamentos.

6.8.6 Coletar exames laboratoriais;

6.8.7 Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de Biossegurança.

6.8.8 Organizar o ambiente de Trabalho.

6.8.9 Dar continuidade aos plantões;

6.8.10 Realizar registros diários.

6.8.11 Participar de treinamentos com Educação Permanente

6.8.12 Cumprir os protocolos clínicos e o regulamento da Instituição, dentre outras.

6.8.13 Cumprir responsabilidades técnicas, éticas e administrativas;

6.8.14 Entender a necessidade de implementação de mecanismos de gestão administrativa e de gestão da clínica que visem ao uso racional dos recursos e a melhor prática clínica, colaborando com o preenchimento rotineiro de sistemas de informação e/ou outros instrumentos de apoio à gestão.

6.8.15 Incluir a presença do acompanhante, elucidar e fomentar suas presenças nos diversos ambientes hospitalares, no máximo de tempo possível, de forma segura, responsável e humana.

6.8.16 Apresentar capacidade de reconhecimento e atendimento de emergências (intercorrências).

#### **6.8.17 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços**

Manter profissionais técnicos de enfermagem devidamente registrados no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo – COREN, **com experiência comprovada de pelo menos 12 meses em mesmo vínculo**, na área específica de atuação.

### **6.9. Fisioterapeuta**

Os fisioterapeutas que atuam em Unidade de Terapia Intensiva e Enfermaria Adulto podem ser profissionais de diferentes áreas, como: Fisioterapia em terapia intensiva, Fisioterapia em Urgência e Emergência, Fisioterapia em Clínica Médica, Fisioterapia em Cardiologia, Fisioterapia em Oncologia, Fisioterapia em Cardiorrespiratória e áreas correlatas. Cabe a este profissional ter amplo domínio da área e da especialidade, para empregar as técnicas adequadas de acordo com diagnóstico e avaliação fisioterapêutica.

6.9.1 Realizar consulta fisioterapêutica, anamnese, solicitar e realizar interconsulta e encaminhamento;

6.9.2 Realizar avaliação física e cinesiofuncional específica do paciente crítico ou potencialmente crítico;

6.9.3 Realizar avaliação e monitorização da via aérea natural e artificial do paciente crítico ou potencialmente crítico;

6.9.4 Solicitar, aplicar e interpretar escalas, questionários e testes funcionais;

6.9.5 Planejar e executar medidas de prevenção, redução de risco e descondicionamento cardiorrespiratório do paciente crítico ou potencialmente crítico;

6.9.6 Prescrever e executar terapêutica cardiorrespiratória e neuro-músculo-esquelética do paciente crítico ou potencialmente crítico;

6.9.7 Prescrever, confeccionar e gerenciar órteses, próteses e tecnologia assistiva;

6.9.8 Aplicar métodos, técnicas e recursos de expansão pulmonar, remoção de secreção, fortalecimento muscular, recondicionamento cardiorrespiratório e suporte ventilatório do paciente crítico ou potencialmente crítico;

6.9.9 Utilizar recursos de ação isolada ou concomitante de agente cinésio-mecano-terapêutico, termoterapêutico, crioterapêutico, hidroterapêutico, fototerapêutico, eletroterapêutico, sonidoterapêutico, entre outros

6.9.10 Realizar posicionamento no leito, sedestação, ortostatismo, deambulação, além de planejar e executar estratégias de adaptação, readaptação, orientação e capacitação dos clientes/pacientes/usuários, visando a maior funcionalidade do paciente crítico ou potencialmente crítico;

6.9.11 Avaliar e monitorar os parâmetros cardiorrespiratórios, inclusive em situações de deslocamento do paciente crítico ou potencialmente crítico;

6.9.12 Avaliar a condição de saúde do paciente crítico ou potencialmente crítico para a retirada do suporte ventilatório invasivo e não invasivo e realizar o desmame e extubação do paciente em ventilação mecânica;

6.9.13 Manter a funcionalidade e gerenciamento da via aérea natural e artificial;

6.9.14 Registrar em prontuário consulta, avaliação, diagnóstico, prognóstico, tratamento, evolução, interconsulta, intercorrências e alta fisioterapêutica;

6.9.15 Emitir laudos, pareceres, relatórios e atestados fisioterapêuticos;

6.9.16 Realizar atividades de educação em todos os níveis de atenção à saúde, e na prevenção de riscos ambientais e ocupacionais.

6.9.17 Apresentar capacidade de reconhecimento e atendimento de emergências (intercorrências).

**6.9.18 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços:**

Manter profissionais fisioterapeutas devidamente registrados no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Estado de São Paulo – CREFITO, com experiência comprovada de pelo menos 12 meses nas áreas de Terapia Intensiva, Urgência e Emergência, com pós graduação concluída nas áreas de Terapia Intensiva, Urgência e Emergência ou residência em áreas correlacionadas.

## **6.10. MÉDICO PSIQUIATRA ADULTO**

6.10.1 Prescrever, evoluir, solicitar e interpretar exames laboratoriais e de imagem para pacientes que buscam o serviço ou estejam em observação;

6.10.2 Cumprir os protocolos clínicos e o regulamento da Instituição, dentre outras.

6.10.3 Cumprir responsabilidades técnicas, éticas e administrativas;

6.10.4 Entender a necessidade de implementação de mecanismos de gestão administrativa e de gestão da clínica que visem ao uso racional dos recursos e a melhor prática clínica, colaborando com o preenchimento rotineiro de sistemas de informação e/ou outros instrumentos de apoio à gestão.

6.10.5 Compreender que a família e todo o núcleo de relações do paciente são partes fundamentais e indissociáveis da vida de uma pessoa e por isso, buscará sempre incluir, elucidar e fomentar suas presenças no ambiente hospitalar, no máximo de tempo possível, de forma segura, responsável e humana.

**6.10.6 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços:**

Profissionais médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP com Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado ou Diploma de conclusão de Residência Médica ou

especialização ou documento de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Psiquiatria.

### **6.11 MÉDICO ORTOPEDISTA**

6.11.1 Prescrever, evoluir, solicitar e interpretar exames laboratoriais e de imagem para pacientes que buscam o serviço ou estejam em observação;

6.11.2 Prestar o atendimento em casos de urgência e emergência de , e se necessário, realizar o procedimento cirúrgico de acordo com os protocolos de atendimento na traumatologia;

6.11.3 Participar de reuniões de discussão de caso;

6.11.4 Cumprir os protocolos clínicos e o regulamento da Instituição, dentre outras;

6.11.5 Cumprir responsabilidades técnicas, éticas e administrativas;

6.11.6 Entender a necessidade de implementação de mecanismos de gestão administrativa e de gestão da clínica que visem ao uso racional dos recursos e a melhor prática clínica, colaborando com o preenchimento rotineiro de sistemas de informação e/ou outros instrumentos de apoio à gestão;

6.11.7 Compreender que a família e todo o núcleo de relações do paciente são partes fundamentais e indissociáveis da vida de uma pessoa e por isso, buscará sempre incluir, elucidar e fomentar suas presenças no ambiente hospitalar, no máximo de tempo possível, de forma segura, responsável e humana.

6.11.8 Realizar procedimento cirúrgico eletivo e de urgência.

**6.11.9 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços:**

Profissionais médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP com Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado ou Diploma de conclusão de Residência Médica ou especialização ou documento de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em ortopedia geral.

### **6.12. MÉDICO PLANTONISTA ADULTO PSA - CIRURGIA GERAL**

6.12.1 Prescrever, evoluir, solicitar e interpretar exames clínico e subsidiários de imagem, para estabelecer o plano terapêutico para pacientes do serviço de emergência e internados de neurocirurgia no Setor de Urgência e Emergência;

6.12.2 Passar visita e realizar interconsultas da especialidade à pacientes internados de outras clínicas que requeriam avaliações de urgência, conforme escala da clínica, incluindo aos finais de semana, quando necessário.

6.12.3 Realizar procedimentos cirúrgicos de urgência, quando necessário.

6.12.4 Participar de reuniões de discussão de caso;

6.12.5 Cumprir os protocolos clínicos e o regulamento da Instituição, dentre outras.

6.12.6 Cumprir responsabilidades técnicas, éticas e administrativas;

6.12.7 Entender a necessidade de implementação de mecanismos de gestão administrativa e de gestão da clínica que visem ao uso racional dos recursos e a melhor prática clínica, colaborando com o preenchimento rotineiro de sistemas de informação e/ou outros instrumentos de apoio à gestão.



6.12.8 Compreender que a família e todo o núcleo de relações do paciente são partes fundamentais e indissociáveis da vida de uma pessoa e por isso, buscará sempre incluir, elucidar e fomentar suas presenças no ambiente hospitalar, no máximo de tempo possível, de forma segura, responsável e humana.

**6.12.9 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços:**

Profissionais médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP com Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado ou Diploma de conclusão de Residência Médica ou especialização ou documento de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em cirurgia geral.

**6.13. MÉDICO CLÍNICO GERAL (MÉDICO HOSPITALISTA)**

6.13.1 Prescrever, evoluir, solicitar e interpretar exames laboratoriais e de imagem para pacientes ambulatoriais e internados;

6.13.2 Realizar interconsultas à pacientes internados de outras clínicas e passar visita em pacientes internados para a especialidade conforme escala da clínica, incluindo aos finais de semana;

6.13.3 Participar de reuniões de discussão de caso;

6.13.4 Cumprir os protocolos clínicos e o regulamento da Instituição, dentre outras;

6.13.5 Cumprir responsabilidades técnicas, éticas e administrativas;

6.13.6 Entender a necessidade de implementação de mecanismos de gestão administrativa e de gestão da clínica que visem ao uso racional dos recursos e a melhor prática clínica, colaborando com o preenchimento rotineiro de sistemas de informação e/ou outros instrumentos de apoio à gestão.

6.13.7 Compreender que a família e todo o núcleo de relações do paciente são partes fundamentais e indissociáveis da vida de uma pessoa e por isso, buscará sempre incluir, elucidar e fomentar suas presenças no ambiente hospitalar, no máximo de tempo possível, de forma segura, responsável e humana;

Responder prontamente a situações emergenciais que ocorram durante a internação.

6.13.8 Avaliar e estabilizar o paciente até a chegada de um especialista, se necessário.

**6.13.9 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços:**

Profissionais médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP com Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado ou Diploma de conclusão de Residência Médica ou especialização ou documento de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em clínica médica.

**6.14 MÉDICO PLANTONISTA PRONTO SOCORRO GINECOLÓGICO**

**6.14.1 Realizar atendimento médico de urgência e emergência ginecológica**, incluindo anamneses, exames físicos e exames complementares necessários para diagnóstico e conduta.



**6.14.2 Prestar assistência imediata a pacientes com quadros agudos ginecológicos**, como dor pélvica, sangramento uterino anormal, infecções, abortos em curso, gravidez ectópica, entre outros.

**6.14.3 Realizar procedimentos de urgência**, como:

- Curetagem uterina (quando indicado),
- Controle de sangramentos,
- Coleta de exames ginecológicos de urgência,
- Atendimento e estabilização de complicações pós-operatórias ginecológicas.

**6.14.4 Solicitar e interpretar exames laboratoriais e de imagem**, orientando condutas conforme protocolos institucionais.

**6.14.5 Indicar internação, quando necessário**, e garantir a continuidade da assistência com os plantões seguintes ou com a equipe de retaguarda.

**6.14.6 Preencher corretamente prontuários, formulários de notificação compulsória e relatórios médicos**, garantindo registro completo e ético da assistência prestada.

**6.14.7 Atuar em conjunto com a equipe multiprofissional** (enfermagem, obstetrícia, serviço social, entre outros), promovendo atendimento humanizado e seguro.

**6.14.8 Realizar triagem de casos ginecológicos não urgentes**, encaminhando-os para o atendimento ambulatorial adequado, quando aplicável.

**6.14.9 Participar de treinamentos, reuniões clínicas e ações de educação continuada**, quando solicitado pela instituição.

**6.14.10 Cumprir as normas, rotinas e protocolos clínico-assistenciais vigentes**, respeitando as diretrizes do hospital e os princípios éticos da profissão.

**6.14.11 Requisitos mínimos dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços:**

Profissionais médicos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP com Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; Certificado ou Diploma de conclusão de Residência Médica ou especialização ou documento de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Ginecologia e obstetrícia.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 A CONTRATADA compromete-se a assumir e desempenhar adequadamente todas as atribuições inerentes ao objeto contratado de acordo com as diretrizes do Conselho Federal de Medicina, Ministério da Saúde, Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP, Conselho Federal de Enfermagem- COFEN, Conselho Regional de Enfermagem do estado de São Paulo - COREN SP, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional- COFFITO, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional CREFITO e Regimento Interno da Unidade Hospitalar.

7.2 A CONTRATADA deverá designar um Gestor do Contrato responsável que deverá reportar-se ao Fiscal do Contrato da Unidade Hospitalar, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.

7.3 A CONTRATADA deverá manter profissionais Responsável Técnico para médicos, enfermagem e fisioterapeutas, conforme regulamentado pelos respectivos conselhos de classe, atuante dentro da instituição.

7.4 A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo.

7.5 Os serviços deverão ser executados por profissionais que possuam vínculo jurídico com a Contratada, ficando vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto do contrato;

7.6 A CONTRATADA deverá garantir que seus profissionais atuem em perfeita consonância e harmonia com os outros profissionais do quadro de pessoal e prestadores de serviço do HSPM, seja quando da realização dos trabalhos nas Unidades de trabalho da equipe ou nas demais dependências da unidade hospitalar;

7.7 A CONTRATADA deverá dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

7.8 A CONTRATADA deverá prestar à CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente;

7.9 A CONTRATADA deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

7.10 A CONTRATADA deverá arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços.

7.11 A CONTRATADA deverá identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.

7.12 A CONTRATADA deverá obedecer às normas e rotinas da CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços.

7.13 A CONTRATADA deverá implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades da CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta.

7.14 É de responsabilidade da CONTRATADA realizar a atividade assistencial em conjunto com o médico residente do Programa de Residência Médica da Contratante, incluindo-o em todas as fases do processo de assistência, bem como no preenchimento de documentos relacionados.

7.15 A CONTRATADA deverá orientar as condutas dos médicos residentes, conforme protocolos institucionais, reportando à Contratante quaisquer ocorrências adversas envolvendo o médico residente.

7.16 A CONTRATADA deverá guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.

7.17 A CONTRATADA deverá executar as atividades de forma a garantir os melhores resultados com otimização da gestão de seus recursos – quer humanos quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços à satisfação da CONTRATANTE, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos e responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados cumprindo plenamente as disposições legais que interfiram em sua execução.

7.18 A contratada deverá manter, diariamente, o quantitativo de médicos estimados em quadros 1 e 2 e os postos previsto nos quadros 3, 4, 5 e 6, sendo vedada qualquer forma de desassistência decorrente de faltas, férias ou licenças;

7.19 Compete à contratada a gestão adequada de sua equipe, incluindo a substituição de ausências programadas ou não programadas, as quais devem ser previstas e absorvidas nos custos operacionais da empresa;

7.20 Na hipótese de descumprimento das escalas pactuadas, sem a devida cobertura assistencial dos postos ou plantões, a Contratante realizará o desconto proporcional dos plantões não realizados ou não cobertura integral dos postos de trabalho;

7.21 A mão de obra disponibilizada na execução dos serviços poderá ser realocada dentre os postos/plantões distribuídos nas unidades para suprir as demandas necessárias;

7.22 A CONTRATADA deverá comprometer-se com ações contínuas de gestão da clínica no sentido de otimizar o tempo de permanência, aumentar o giro de leitos, reduzir a mortalidade e melhorar o desempenho operacional na unidade, bem como seus resultados assistenciais.

7.23 A CONTRATADA deverá identificar as necessidades de treinamento e realizá-las para adequação da mão de obra, encaminhar comprovação mensalmente e manter atividades de educação permanente e continuada.

7.24 A CONTRATADA deverá realizar integração técnica de seus profissionais e encaminhar os documentos comprobatórios.

7.25 A CONTRATADA deverá preencher fichas e emitir relatórios necessários, e que fazem parte obrigatória da documentação objeto da prestação do serviço.

7.26 A CONTRATADA deverá responder civil, penal e administrativamente por todos os danos causados ao paciente decorrentes da ação ou omissão na prestação de serviço objeto do contrato.

7.27 A CONTRATADA ficará responsável pela idoneidade moral, técnica e ética dos seus recursos humanos, respondendo por todo e quaisquer danos ou falhas que eles venham a ocasionar no desempenho de suas funções.

7.28 A CONTRATADA deverá cumprir e fazer cumprir o Código de Ética Médica nos termos da Resolução CFM- 1931/2009 e eventual atualização, o Código de Ética de Enfermagem nos termos da Resolução COFEN 564/2017 e o Código de Ética de Fisioterapia nos termos da Resolução 532/2021 - COFFITO-24 de junho de 2021 e eventuais atualizações;

7.29 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pelos danos causados diretamente ou indiretamente à CONTRATADA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços e na utilização dos equipamentos disponibilizados pela CONTRATANTE;

7.30 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela utilização criteriosa dos equipamentos/materiais disponibilizados para a realização dos procedimentos contratados, devendo, **de imediato**, comunicar à CONTRATANTE as necessidades de reparos e/ou manutenção dos equipamentos, bem como intercorrências com materiais;

7.31 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se financeiramente pelo reparo ou reposição, nos casos de comprovado dano devido ao mau uso, durante a vigência do contrato.

7.32 A CONTRATADA deverá elaborar e disponibilizar ao Diretor Técnico de cada Unidade Hospitalar, até o 20º dia útil do mês anterior ao da respectiva competência, a escala planejada dos profissionais (equipe técnica e administrativa) designados para as funções previstas no objeto deste Termo de Referência. Além disso, deverá disponibilizar, até o 1º dia útil do mês vigente, a escala executada.

7.33 A CONTRATADA obriga-se a substituir qualquer membro de sua equipe, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que a CONTRATANTE assim o solicitar, com a devida justificativa. No caso de modificações da escala após sua

apresentação, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente informar de maneira formal à Gerência Assistencial sobre a mudança, num prazo de até 3 dias antes do início do plantão.

7.34 A CONTRATADA é responsável por todas as despesas decorrentes da alimentação dos recursos humanos envolvidos no cumprimento do contrato.

7.35 A CONTRATADA deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista com relação à mão de obra contratada para a execução dos serviços em razão do regime de contratação, responsabilizando-se integralmente pelo adimplemento de todos os encargos Trabalhistas e Previdenciárias, assim como aos direitos trabalhistas dos seus empregados envolvidos na prestação de serviços, abstendo-se de qualquer prática que não seja condizente com a legislação vigente.

7.36 A CONTRATADA deverá evitar a circulação desnecessária de seu pessoal fora das áreas que lhes forem destinadas.

7.37 A CONTRATADA deverá encaminhar diariamente a Escala nominal dos colaboradores de cada setor, em até 2 (duas) horas após o início de cada plantão, aos coordenadores responsáveis de cada unidade. Apresentar os remanejamentos realizados e comunicar faltas, alterações e/ou ocorrências no decorrer do período, informando os dados dos funcionários ausentes.

7.38 A CONTRATADA deverá participar através de seu representante legal ou preposto designado expressamente, de reuniões com os gerentes e chefes de serviço das unidades, sempre que solicitado.

7.39 A CONTRATADA é responsável direta e exclusiva pela execução do objeto deste Contrato e, consequentemente responde, quando devidamente comprovados, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que venha direta ou indiretamente provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

7.40 A CONTRATADA deverá fornecer aos profissionais alocados na prestação dos serviços, às suas expensas os equipamentos de proteção individual, EPI, abaixo relacionados, para exercício de suas atividades no HSPM, bem como fiscalizar e cobrar o uso de forma correta dos mesmos conforme exigência da Portaria MTE nº 485, de 11 de novembro de 2005 – NR 32 (Segurança e Saúde no Trabalho em serviços de Saúde); e NR-6 (Equipamento de Proteção Individual). Esta norma vale tanto para os dispositivos descartáveis como para os que podem ser utilizados mais de uma vez. Deverá fornecer:

7.40.1 Óculos de proteção: protegem os olhos do usuário contra secreções, componentes químicos, objetos cortantes e outros agentes;

7.40.2 Respirador N95/PFF2: protege nariz e boca do usuário contra a contaminação respiratória e acidentes biológicos envolvendo material que pode ser inalado; Uso conforme orientação 6.7.38. A CONTRATADA responsabiliza-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

7.41 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente registrar todo acidente de trabalho (trajeto, típico e biológico) e emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho- CAT onde a cópia deverá ser encaminhada obrigatoriamente a CIPA da CONTRATANTE num prazo de até 72 horas corridas após o acidente e apresentar na reunião da CIPA do mês subsequente;

7.42 A CONTRATADA deverá encaminhar após a assinatura do contrato, ao fiscal de contratos e à Segurança do Trabalho da CONTRATANTE, cópia (por meio eletrônico) dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e do Programa de Gerenciamento de Riscos- PGR da Portaria 3.214;

7.43 Cumprir os dispositivos legais e regulamentares, referente à prevenção de acidentes (CIPA), devidamente comprovados pelo Contratante com certificado próprio.

7.44 A CONTRATADA deverá realizar as suas expensas, exames periódicos de saúde, dos profissionais alocados na prestação dos serviços conforme legislação vigente de acordo com NR- 07 e NR-32 (Programa Médico de Controle e Saúde Ocupacional) e manter em arquivo eletrônico toda documentação na Unidade da CONTRATANTE que poderá, a qualquer tempo, solicitá-los para verificação;

7.45 A CONTRATADA deverá manter em arquivo eletrônico disponível no HSPM para consulta da CONTRATANTE, fichas individuais das entregas dos EPI aos profissionais alocados na prestação dos serviços;

7.46 A CONTRATADA deverá manter em arquivo eletrônico atualizado a caderneta de vacinação dos profissionais alocados na prestação dos serviços diretamente envolvidos na execução dos serviços na unidade da CONTRATANTE de acordo com a NR-32 item 32.2.4.17.1.

7.47 Os profissionais alocados na prestação dos serviços da CONTRATADA deverão participar antes do início de qualquer serviço ou atividades da integração obrigatória pela segurança do trabalho da CONTRATANTE;

7.48 A CONTRATADA deverá indicar 20% dos seus Colaboradores para participar dos cursos internos de prevenção de incêndios, simulados de evacuação do Plano de Emergência contra Incêndios promovidos pela Segurança do Trabalho da CONTRATANTE, respeitando-se a disponibilidade de suas escalas de trabalho.

7.49 A CONTRATADA deverá instruir seus empregados quanto à coleta seletiva de resíduos e ao descarte correto de resíduos hospitalares conforme descrito no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) da CONTRATANTE.

7.50 A CONTRATADA a suas expensas deverá submeter seus empregados a exames médicos específicos para a função que irá desempenhar, conforme estabelece as NR 07, com a emissão do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional- ASO.

7.51 A CONTRATADA responsabiliza-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

7.52 A CONTRATADA deverá disponibilizar crachá de identificação com foto para os colaboradores.;

7.53 A contratada deverá garantir que não haja períodos descobertos sem profissionais para atendimento das escalas diárias.

7.54 A CONTRATADA deverá fornecer aos colaboradores uniformes adequados.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 A CONTRATANTE deverá entregar à CONTRATADA, quando do início de vigência do contrato, áreas físicas, equipamentos, utensílios, materiais hospitalares, medicamentos e instalações gerais e espaciais existentes e necessárias à execução do contrato.

8.2 A CONTRATANTE deverá notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre defeitos, irregularidades ou falhas constatadas na execução do contrato, fixando prazo para as devidas correções.

8.3 As inconsistências encontradas, relacionadas à quantificação, valoração e elegibilidade dos serviços executados, serão comunicadas à CONTRATADA para manifestação e correção das informações.

8.4 A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços por servidor do contrato designado, que acompanhará os serviços, fiscalizando-os e atestar os serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA.



8.5 A CONTRATANTE deverá prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.

8.6 A CONTRATANTE deverá permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança.

8.7 A CONTRATANTE deverá assegurar as condições mínimas para a realização da assistência multiprofissional com segurança.

8.8 Exercer a fiscalização sobre os serviços executados.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **9.1 Rotinas de fiscalização contratual**

9.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.1.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato indicado pela Diretoria Técnica da Unidade da CONTRATANTE.

9.1.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.1.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

### **9.2 Dos Critérios de Medição e Pagamento**

#### **9.2.1 Da avaliação da execução do contrato**

9.2.1.1 Os serviços executados serão objeto de medição mensal, de acordo com os seguintes procedimentos:

9.2.1.2 No primeiro dia útil subsequente ao mês em que forem prestados os serviços, a Contratada entregará relatório detalhado com a quantidade total dos serviços efetivamente executados no período de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados;

9.2.1.3 O relatório será analisado pelo gestor e fiscais de contrato, que verificará a conformidade da execução dos serviços;

9.2.1.4 A Contratante solicitará à Contratada, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura;

9.2.1.5 O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados;

9.2.1.6 Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a Contratante atestará a medição mensal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando à Contratada o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura;

9.2.1.7 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.2.1.8 Análise da escala executada;

9.2.1.9 Acordo de Nível de Serviços (ANS):



a) Mensalmente será preenchida, pelos Fiscais do contrato, ficha de avaliação (ANEXO A), que comporá o conjunto de documentos - base para avaliação do acordo de nível de serviço, ferramenta definidora do valor mensal do repasse ao prestador.

b) O Acordo de Nível de Serviços (ANS) não constitui penalidade ao prestador, apenas ferramenta de avaliação de nível de serviço para pagamento conforme entrega de serviço efetivamente realizada.

c) O formulário deve ser feito em 02 (duas) vias, sendo a primeira via do HSPM, a segunda da **CONTRATADA** e a terceira da unidade da **CONTRATANTE**.

d) Por constituir avaliação de nível de serviço, no caso do prestador não concordar com a avaliação realizada no ato do serviço, e recusar-se a assinar a ficha, o instrumento será preenchido e assinado por duas testemunhas. A **CONTRATADA** então receberá cópia da avaliação e terá 05 (cinco) dias úteis para prestar os esclarecimentos necessários, com a junção dos documentos comprobatórios necessários.

e) O gestor do contrato do HSPM avaliará as justificativas, e se posicionará, por escrito, sobre o ocorrido, determinando então a avaliação de nível de serviço.

### 9.3 Do recebimento

9.3.1 Os serviços serão recebidos mediante ateste realizado pelos fiscais de contrato, em que será verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.3.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização fazer constar do ateste todas as ocorrências com vistas à aplicação de descontos e penalidades;

9.3.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos, no prazo estipulado pela Contratante, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3.4 Caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, serão indicadas as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando-se à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

9.3.5 A empresa contratada será comunicada para que proceda a emissão da Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no ateste realizado pelos fiscais;

9.3.6 O recebimento dos serviços não excluirá a responsabilidade civil da empresa pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 9.4 Da Liquidação

9.4.1 Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a **nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente** apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) Data da emissão;
- b) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) Descrição do objeto;
- d) Valor unitário e total, conforme consta no Termo de Contrato e/ou da Nota de Empenho;
- e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- f) Número do processo, número da Nota de Empenho, número do Termo de Contrato;

9.4.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.4.3 A licitante Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

**I** - relação atualizada dos empregados vinculados à execução do contrato, no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

**II** - folha de frequência dos empregados vinculados à execução do contrato, no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

**III** - folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato, do mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

**IV** - Guia do FGTS Digital - GFD com seu respectivo comprovante de pagamento, correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**V** - relatório de conferência “Detalhe da guia emitida” do FGTS Digital, com a relação de empregados correspondentes a GFD apresentada, do mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**VI** - protocolo da DCTF WEB que demonstre os valores a recolher da Contribuição Previdenciária correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento; **VII** - DARF gerado na DCTF WEB, com seu respectivo comprovante de pagamento, referente à contribuição previdenciária (INSS) correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**VIII** - comprovante de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário, relativos ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**IX** - comprovante do pagamento de vale transporte e vale alimentação nos termos da convenção coletiva, relativos ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**X** - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional, quando houver, ocorridos no mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

**XI** - comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região Metropolitana onde serão prestados os serviços;

**XII** – no pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, cópia dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou comprovação de realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços.

**XIII** - Os documentos relacionados serão encaminhados para pagamento quando resolvidos todas as divergências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto contratado.

## **9.5 Do prazo de pagamento**

9.5.1 O prazo de pagamento será realizado após 30 (trinta) dias, mediante a prestação do serviço e a entrega dos documentos discriminados no item 8.3 e o atestado de recebimento e aprovação pelos fiscais de contrato.

### **9.6 Da forma de pagamento**

9.6.1 O pagamento será efetuado exclusivamente por crédito em conta corrente no Banco do Brasil S/A, em nome do Credor, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, publicado no D.O.C. 23 de janeiro de 2010.

### **9.7. PENALIDADES ESPECÍFICAS:**

9.7.1 Serão consideradas infrações contratuais graves as situações abaixo, passíveis das seguintes multas:

9.7.1.1 multa 10% sobre o valor da remuneração mensal da categoria profissional médico por falta de cobertura de plantões médicos em quaisquer dos seguintes dos seguintes setores: Sala de Choque, UTIs Adulto e Pediátrica, Pronto Socorro Ginecológico, sem prejuízo de, em caso de três ou mais reincidências, consecutivas ou não, de aplicação desta penalidade, restar caracterizada infração contratual de natureza grave, passível de extinção unilateral do contrato.

9.7.1.2 multa de 5% sobre o valor da remuneração mensal da categoria profissional médico por falta de cobertura de 50% dos plantões médicos solicitados para o Pronto Socorro Cirúrgico e Infantil, sem prejuízo de, em caso de três ou mais reincidências, consecutivas ou não, de aplicação desta penalidade, restar caracterizada infração contratual de natureza grave, passível de extinção unilateral do contrato.

9.7.1.3 multa de 1% sobre o valor da remuneração mensal da respectiva categoria por falta de cobertura integral de quaisquer postos da equipe multiprofissional (enfermeiro, técnico de enfermagem e fisioterapeuta), sem prejuízo de, em caso de três ou mais reincidências, consecutivas ou não, de aplicação desta penalidade, restar caracterizada infração contratual de natureza grave, passível de extinção unilateral do contrato.

### **10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento considerando o menor preço global anual da contratação.

10.2. Considerando que se trata de contratação decorrente de migração de serviços anteriormente prestados por outra empresa, solicita-se que o prazo de validade da proposta seja de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

### **11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

11.1 Comprovação de Registro da Empresa no Conselho Regional de Medicina – CRM;

11.2 Indicar os Responsáveis Técnicos para a execução dos serviços, acompanhada da comprovação dos respectivos Registros junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM, Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), nos termos das normas vigentes;

11.3 Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, o bom desempenho na

execução do contrato, e demonstrando que os serviços executados contemplaram no mínimo 50% do quantitativo de plantões médicos solicitados, ou seja, 439 plantões médicos.

11.4 O(s) atestado(s) ou certidão (ões) deverá (ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

### **12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado foi obtido através de pesquisa de preço elaborada pelo Serviço Técnico de Compras, que consta do processo administrativo, permitido o sigilo nos termos do artigo 24 da lei 14.133/21.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos orçamentários, destinados à cobertura das despesas decorrentes da contratação, constarão da reserva orçamentária, que será juntada ao processo administrativo.

## **ANEXO II-A -ANS- ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS**

Categoria 1 - Enfermagem						
Mês / Ano:						
Item	Critério		Métricas	Pontos	Pontuação	Justificativa
1.1	Cobertura dos Postos (Média Mensal)		Cobertura dos postos maior que 95%	2		
			Cobertura dos postos entre 90% e 94,9%	1		
			Cobertura dos postos menor que 89,9%	0		
1.3	Houve visita diária pelo supervisor		Ocorrência de falhas de fluxos e protocolos estabelecidos pela unidade? Até 5 ocorrências desde que sem prejuízo aos pacientes	1		
			Ocorrência de falhas de fluxos e protocolos estabelecidos pela unidade? superior a 5 ocorrências	0		
1.2			ITENS	Métricas	SIM	NÃO
	Processo de trabalho. Considerar "SIM" para conformidade acima de 70%; Considerar "Não" para conformidade inferior a 69,9%. Checagem por amostragem realizada pela coordenadora da área quinzenalmente.		1.2.1	Utilização adequada de crachás	0,2	0
			1.2.2	Cumprimento NR 32 (calçado fechado, ausência de adornos, cabelo preso)	0,2	0
			1.2.3	Aplicação da escala de Morse e indicação na SAE	0,2	0
			1.2.4	Aplicação da escala de Braden e indicação na SAE	0,2	0
			1.2.5	Aplicação da escala Fugulin/ Tiss e indicação na SAE	0,2	0
			1.2.6	Histórico e evolução preenchido adequadamente	0,2	0
			1.2.7	Mudança de decúbito conforme relógio	0,2	0
			1.2.8	Paciente com LP e com ficha de acompanhamento	0,2	0

	1.2.9	Paciente com risco de LP, queda ou alergia com pulseira	0,2	0	
	1.2.10	Placa de identificação preenchida adequadamente	0,2	0	
	1.2.11	Pulseira de identificação	0,2	0	
	1.2.12	Curativo de acesso datado	0,2	0	
	1.2.13	Curativo de acesso limpo e seco	0,2	0	
	1.2.14	Mesa de cabeceira limpa	0,2	0	
	1.2.15	O impresso NHSN preenchido	0,2	0	
	1.2.16	Impresso geladeira preenchido e com temperatura adequada	0,2	0	
	1.2.17	Impresso carro de emergência checado, datado e carimbado	0,2	0	
	1.2.18	Caderno de psicotrópico checado e carimbado	0,2	0	
	1.2.19	Equipamentos limpos e organizados	0,2	0	
	1.2.20	Uso adequado do sistema beira leito	0,4	0	
	1.2.21	Uso de uniforme	0,2	0	
	1.2.21	Presença de ruído de alarmes sem intervenção (monitor, respirador, bomba de infusão)	0	0,2	
	1.2.22	Presença de ruídos externos (conversas em volume inadequado)	0	0,2	
	1.2.23	Descarte adequado de resíduos	0,2	0	
			<b>TOTAL</b>		

**PONTUAÇÃO DA CATEGORIA 1 (Pontuação Máxima Enfermagem: 8)**

Categoria 2 - Fisioterapia					
Mês / Ano:					
	Critério	Métricas	Pontos	Pontuação	Justificativa
2.1	Cobertura dos Postos (Média Mensal)	Cobertura dos postos maior que 95%	2		
		Cobertura dos postos entre 90% e 94,9%	1		
		Cobertura dos postos menor que 89,9%	0		
2.2	Cobertura diária nas áreas críticas	Presença nas áreas críticas (UTI e Pronto- Socorro) conforme escala planejada.	1		
		Ausência nas áreas críticas (UTI e Pronto-Socorro) conforme escala planejada, sem reposição.	0		
2.3	Profissionais plantonistas conforme escala	Profissionais plantonistas, conforme escala, acompanham os processos e fluxos para manter a rotina horizontal? até 5 não conformidades	1		

	apresentam rotina realmente horizontais	Profissionais plantonistas, conforme escala, acompanham parcialmente os processos e fluxos para manter a rotina horizontal? superior a 5 não conformidades	0		
2.4	Houve visita diária pelo supervisor	Houve visita diária durante TODOS os dias da semana.	1		
		Não houve visita diária durante TODOS os dias da semana.	0		
			TOTAL		
PONTUAÇÃO DA CATEGORIA 2 (Pontuação máxima Fisioterapia: 5)					

Categoria 3 - Médicos					
Mês / Ano:					
	Critério	Métricas	Pontos	Pontuação	Justificativa
3.1	Cobertura dos Postos (Média Mensal)	Cobertura dos postos maior que 95%	2		
		Cobertura dos postos entre 90% e 94,9%	1		
		Cobertura dos postos menor que 89,9%	0		
3.2	Cobertura diária nas áreas críticas	Presença nas áreas críticas (UTI e Pronto-Socorro) conforme escala planejada.	1		
		Ausência nas áreas críticas (UTI e Pronto-Socorro) conforme escala planejada, sem reposição.	0		
3.3	Profissionais plantonistas conforme escala apresentam rotina realmente horizontais	Profissionais plantonistas, conforme escala, acompanham os processos e fluxos para manter a rotina horizontal? até 5 não conformidades	1		
		Profissionais plantonistas, conforme escala, acompanham parcialmente os processos e fluxos para manter a rotina horizontal? superior a 5 não conformidades	0		
3.4	Os protocolos propostos são efetivamente utilizados e gerenciados de maneira comprovada por meio de relatórios gerenciais?	Os protocolos propostos são efetivamente utilizados e implementados pela equipe assistencial, incluindo a funcionalidade do software de gestão contratada (EPIMED) - alcançando $\geq$ que 80% de conformidade.	1		
		Os protocolos propostos não são efetivamente utilizados e implementados pela equipe assistencial, incluindo a funcionalidade do software de gestão contratada (EPIMED) - alcançando conformidade inferior a 80%.	0		
			TOTAL		
PONTUAÇÃO DA CATEGORIA 3 (Pontuação máxima Médico: 5)					



Categoria 4 - Todas as categorias					
Mês / Ano:					
	Critério	Métricas	Pontos	Pontuação	Justificativa
4.1	Passagem de plantão formal	Ocorrência de passagem de plantão, entre os plantões e entre as unidades em casos de transferências de pacientes. até 5 não conformidades	1		
		Ocorrência de passagem de plantão, entre os plantões e entre as unidades em casos de transferências de pacientes. Superior a 5 não conformidades.	0		
4.2	Utilização de leitos	Sem ocorrência de bloqueio indevido, não autorizado pela instituição.	1		
		Com Ocorrência de bloqueio indevido, não autorizado pela instituição.	0		
4.3	Manuseio, Armazenamento dos equipamentos médicos hospitalares.	Ocasionar avarias ou indisponibilizar o uso dos equipamentos hospitalares devido a falhas decorrente ao manuseio, utilização ou armazenamento inadequado ou extravio comprovado, com até 5 (cinco) notificações não conforme	1		
		Ocasionar avarias ou indisponibilizar o uso dos equipamentos hospitalares devido a falhas decorrente ao manuseio, utilização ou armazenamento inadequado ou extravio comprovado, acima de 6 (seis) notificações não conforme	0		
			TOTAL		
PONTUAÇÃO DA CATEGORIA 4 (Pontuação máxima Geral: 3)					

Classificação Final de Desempenho do Nível de Serviço		
Pontuação Total	Classificação	Porcentagem de desconto da fatura
18 a 21 pontos	ÓTIMO	0%
16 a 17 pontos	BOM	5%
13 a 15 pontos	REGULAR	10%
12 ou menos pontos	RUIM	15%

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90387/2025

PROCESSO : 6210.2025/0009425-7

TIPO : MENOR PREÇO

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICA, CIRÚRGICA, PSIQUIÁTRICA, ORTOPÉDICA DE ADULTOS, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA GINECOLÓGICA E PEDIÁTRICA, TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PEDIÁTRICA E ATENDIMENTO NEUROCIRÚRGICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM) DE MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA INCLUINDO UTILIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A GESTÃO DA SUA UTILIZAÇÃO E PERMITIR O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE ASSISTENCIAL, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

## ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS

Fls. 01/06

A(empresa).....  
..... inscrita no CNPJ sob nº ....., estabelecida na....., nº....., telefone/fax nºs....., e-mail....., propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições.

O valor total estimado da presente contratação para o período de **12 (doze)** é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondendo à remuneração dos seguintes itens:

## AMPLA CONCORRÊNCIA

Categoria I – Médicos					
Item	Descrição	Quantidade	V. Unitário	V. Mensal Estimado	V. Anual
01	Médico Plantonista UTI Adulto (12h diurno)	88	R\$	R\$	R\$
02	Médico Plantonista UTI Adulto (12h noturno)	88	R\$	R\$	R\$
03	Médico Plantonista UTI Pediatria (12h diurno)	12	R\$	R\$	R\$
04	Médico Plantonista UTI Pediatria (12h noturno)	16	R\$	R\$	R\$
05	Médico Plantonista Adulto PSA Consultório - Clínico (12h diurno)	85	R\$	R\$	R\$
06	Médico Plantonista Adulto PSA Consultório - Clínico (12h noturno)	63	R\$	R\$	R\$
07	Médico Plantonista Adulto PSA Consultório-Clínico (12h das 12h à 0h)	27	R\$	R\$	R\$
08	Médico Plantonista PSA - Clínico Sala de Emergência (12h diurno)	22	R\$	R\$	R\$
09	Médico Plantonista PSA - Clínico Sala de Emergência (12h noturno)	31	R\$	R\$	R\$
10	Médico Plantonista Adulto PSA - Cirurgia Geral (12h diurno)	63	R\$	R\$	R\$
11	Médico Plantonista Adulto PSA - Cirurgia Geral (12h noturno)	63	R\$	R\$	R\$

12	Médico Plantonista Adulto PSA – Ortopedia (12h diurno)	15	R\$	R\$	R\$	
13	Médico Plantonista Adulto PSA – Ortopedia (12h noturno)	15	R\$	R\$	R\$	
14	Médico Plantonista Neurocirurgião PSA (12h diurno)	44	R\$	R\$	R\$	
15	Médico Plantonista Neurocirurgião PSA (12h noturno)	44	R\$	R\$	R\$	
16	Médico Plantonista Psiquiatria PSA (12h diurno)	20	R\$	R\$	R\$	
17	Médico Plantonista Psiquiatria PSA (12h noturno)	20	R\$	R\$	R\$	
18	Médico Plantonista Pediatria PSI (12h diurno)	40	R\$	R\$	R\$	
19	Médico Plantonista Pediatria PSI (12h noturno)	40	R\$	R\$	R\$	
20	Médico Hospitalista (12h diurno)	31	R\$	R\$	R\$	
21	Médico Hospitalista (12h noturno)	31	R\$	R\$	R\$	
22	Médico plantonista PSG (12 h diurno)	10	R\$	R\$	R\$	
23	Médico plantonista PSG (12 h noturno)	10	R\$	R\$	R\$	
24	Médico Diarista (30h/semanais)	8	R\$	R\$	R\$	
25	Médico Diarista (20h/semanais)	4	R\$	R\$	R\$	
Valor Total da Categoria I				R\$	R\$	
Categoria II – Equipe Enfermeiro						
Item	Descrição	Posto	Quantidade	V.Unitário	V. Mensal Estimado	V. Anual
26	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto 6º andar	2	R\$	R\$	R\$
27	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto 6º andar	2	R\$	R\$	R\$
28	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto 7º andar	2	R\$	R\$	R\$
29	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto 7º andar	2	R\$	R\$	R\$
30	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto 10º andar	2	R\$	R\$	R\$
31	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto 10º andar	2	R\$	R\$	R\$
32	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	Enfermaria de Cuidados intermediários	2	R\$	R\$	R\$
33	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	Enfermaria de Cuidados intermediários	2	R\$	R\$	R\$
34	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Pediátrica	1	R\$	R\$	R\$
35	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Pediátrica	1	R\$	R\$	R\$
36	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	PSA	5	R\$	R\$	R\$
37	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	PSA	5	R\$	R\$	R\$
38	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo	Interação Retaguarda	2	R\$	R\$	R\$

	7:00 às 19:00					
39	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	Interação Retaguarda	2	R\$	R\$	R\$
40	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	PSI	2	R\$	R\$	R\$
41	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	PSI	2	R\$	R\$	R\$
42	Enfermeiro 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	PSG	1	R\$	R\$	R\$
43	Enfermeiro 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	PSG	1	R\$	R\$	R\$
<b>Valor Total da categoria II</b>					<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
<b>Categoria III – Equipe Técnico de Enfermagem</b>						
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Posto</b>	<b>Qtidade.</b>	<b>V. Unitário</b>	<b>V. Mensal Estimado</b>	<b>V. Anual</b>
44	Técnico de enfermagem 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto 6º andar	5	R\$	R\$	R\$
45	Técnico de enfermagem 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto 6º andar	5	R\$	R\$	R\$
46	Técnico de enfermagem 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto 7º andar	5	R\$	R\$	R\$
47	Técnico de enfermagem 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto 7º andar	5	R\$	R\$	R\$
48	Técnico de enfermagem 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto 10º andar	5	R\$	R\$	R\$
49	Técnico de enfermagem 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto 10º andar	5	R\$	R\$	R\$
50	Técnico de enfermagem 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	Enfermaria de Cuidados intermediários	5	R\$	R\$	R\$
51	Técnico de enfermagem 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	Enfermaria de Cuidados intermediários	5	R\$	R\$	R\$
52	Técnico de enfermagem 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Pediátrica	3	R\$	R\$	R\$
53	Técnico de enfermagem 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Pediátrica	3	R\$	R\$	R\$
54	Técnico de Enfermagem 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	PSA	14	R\$	R\$	R\$
55	Técnico de Enfermagem 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	PSA	14	R\$	R\$	R\$
56	Técnico de Enfermagem 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	Interação Retaguarda	6	R\$	R\$	R\$
57		Interação	6	R\$	R\$	R\$

	Técnico de Enfermagem 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	Retaguarda				
58	Técnico de Enfermagem 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	PSI	3	R\$	R\$	R\$
59	Técnico de Enfermagem 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	PSI	3	R\$	R\$	R\$
60	Técnico de Enfermagem 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	PSG	1	R\$	R\$	R\$
61	Técnico de Enfermagem 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	PSG	1	R\$	R\$	R\$
<b>Valor total da categoria III</b>					R\$	R\$
<b>Categoria IV – Equipe Fisioterapia</b>						
Item	Descrição	Posto	Qtidade.	V. Unitário	V. Mensal Estimado	V. Anual
62	Fisioterapeuta 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto 6º andar	1	R\$	R\$	R\$
63	Fisioterapeuta 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto 6º andar	1	R\$	R\$	R\$
64	Fisioterapeuta 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto 7º andar	1	R\$	R\$	R\$
65	Fisioterapeuta 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto 7º andar	1	R\$	R\$	R\$
66	Fisioterapeuta 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Adulto 10º andar	1	R\$	R\$	R\$
67	Fisioterapeuta 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Adulto 10º andar	1	R\$	R\$	R\$
68	Fisioterapeuta 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	Enfermaria de Cuidados intermediários	1	R\$	R\$	R\$
69	Fisioterapeuta 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	Enfermaria de Cuidados intermediários	1	R\$	R\$	R\$
70	Fisioterapeuta 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	UTI Pediátrica	1	R\$	R\$	R\$
71	Fisioterapeuta 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	UTI Pediátrica	1	R\$	R\$	R\$
72	Fisioterapeuta 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	PSA	1	R\$	R\$	R\$
73	Fisioterapeuta 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	PSA	1	R\$	R\$	R\$
74	Fisioterapeuta 12 horas diárias – diurno – segunda a domingo 7:00 às 19:00	PSI	1	R\$	R\$	R\$
75	Fisioterapeuta 12 horas diárias – noturno – segunda a domingo 19:00 às 7:00	PSI	1	R\$	R\$	R\$
76	Fisioterapeuta 12 horas diárias – diurno –	Interação Retaguarda	1	R\$	R\$	R\$

	segunda a domingo 7:00 às 19:00					
<b>Valor total da categoria IV</b>					R\$	R\$
<b>Categoria V– Equipe Supervisores</b>						
Item	Descrição	Posto	Qtidade.	V. Unitário	V. Mensal Estimado	V. Anual
77	ENFERMEIRO SUPERVISOR 8 horas diárias – diurno – segunda a domingo 06:00 às 15:00	GERAL	2	R\$	R\$	R\$
78	ENFERMEIRO SUPERVISOR 8 horas diárias – diurno – segunda a domingo 13:00 às 22:00	GERAL	2	R\$	R\$	R\$
79	ENFERMEIRO SUPERVISOR 8 horas diárias – noturno – segunda a domingo 22:00 às 06:00	GERAL	1	R\$	R\$	R\$
80	FISITERAPEUTA SUPERVISOR 8 horas diárias – diurno – segunda a domingo 09:00 às 15:00	GERAL	1	R\$	R\$	R\$
81	FISITERAPEUTA SUPERVISOR 8 horas diárias – diurno – segunda a domingo 15:00 às 21:00	GERAL	1	R\$	R\$	R\$
82	MÉDICO SUPERVISOR 8 horas diárias – diurno – segunda a domingo 07:00 às 16:00	GERAL	1	R\$	R\$	R\$
<b>Valor total da categoria V</b>					R\$	R\$
<b>Valor total das Categorias I, II, III, IV e V.</b>					R\$	R\$

### DAS CONDIÇÕES GERAIS

- A proponente obriga-se a executar os serviços conforme previsto no edital e anexos.
- O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A, em nome do credor, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197 publicado no D.O.C. do dia 23 de Janeiro de 2010.

**AGÊNCIA BANCO DO BRASIL Nº -**

**CONTA CORRENTE Nº -**

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal)

RG:

Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90387/2025  
PROCESSO: 6210.2025/0009425-7

**ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS**

Fls. 06/06

**DAS DECLARAÇÕES:**

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação, e que foram calculados tomando por base o local da prestação dos serviços, observada a legislação tributária e trabalhista.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.
04. Declara estar ciente que por se tratar de serviços com fornecimento devo indicar na Planilha de Custos e Formação de Preços os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão os serviços e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, considerando todos os custos e impostos incidentes tomando por base o local da prestação dos serviços.
05. Declara estar ciente que caso haja profissionais submetidos a outros regimes de contratações deverá ser respeitada toda legislação vigente e pertinente ao regime escolhido, devendo identificar essas categorias e o informar regime adotado, adequando a Planilha de Custos e Formação de Preços, de modo que contemple para esses profissionais todos os custos e impostos incidentes, sempre considerando o local da prestação dos serviços.

**DA VALIDADE DA PROPOSTA : 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.**

*São Paulo,                      de*

*de 20...*

\_\_\_\_\_  
(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90387/2025

PROCESSO : 6210.2025/0009425-7

TIPO : MENOR PREÇO

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICA, CIRÚRGICA, PSIQUIÁTRICA, ORTOPÉDICA DE ADULTOS, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA GINECOLÓGICA E PEDIÁTRICA, TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PEDIÁTRICA E ATENDIMENTO NEUROCIRÚRGICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM) DE MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA INCLUINDO UTILIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A GESTÃO DA SUA UTILIZAÇÃO E PERMITIR O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE ASSISTENCIAL, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

## ANEXO III “A”

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

[posto] – Valor Unitário Anual			
<b>I - Salário estimado do profissional</b>			
	[posto]		
<b>II - Composição da remuneração</b>			
	Salário		R\$ -
	Outros (discriminar)		R\$ -
<b>Total da remuneração</b>			<b>R\$ -</b>
<b>III - Encargos sociais incidentes sobre a remuneração</b>			
<b>Grupo A - Encargos sociais básicos</b>			
A		%	R\$ -
.01	INSS		R\$ -
A		%	R\$ -
.02	FGTS		R\$ -
A		%	R\$ -
.03	SESI / SESC		R\$ -
A		%	R\$ -
.04	SENAI / SENAC		R\$ -
A		%	R\$ -
.05	INCRA		R\$ -
A		%	R\$ -
	SEBRAE		R\$ -

.06			
A		%	R\$ -
.07	Salário Educação	%	R\$ -
A	Riscos Ambientais do Trabalho (RAT x FAP)	%	R\$ -
.08		%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo A</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>

<b>Grupo B - Encargos que recebem a incidência do grupo A</b>			
B			
.01	13º salário	%	R\$ -
B			
.02	Férias (incluindo 1/3 constitucional)	%	R\$ -
B			
.03	Aviso Prévio Trabalhado	%	R\$ -
B			
.04	Auxílio doença	%	R\$ -
B			
.05	Acidente de Trabalho	%	R\$ -
B			
.06	Faltas legais	%	R\$ -
B			
.07	Férias sobre licença maternidade	%	R\$ -
B			
.08	Licença paternidade	%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo B</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>

<b>Grupo C - Encargos que não recebem a incidência do grupo A</b>			
C			
.01	Aviso Prévio Indenizado	%	R\$ -
C			
.02	Indenização Adicional	%	R\$ -
C			
.03	Multa do FGTS - funcionários ativos	%	R\$ -
C			
.04	Contribuição Social (LC 110/2001) - funcionários ativos	%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo C</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>

<b>Grupo D - Incidência do Grupo A sobre o Grupo B</b>			
D.01	Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo D</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>

<b>Grupo E - Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>			
E.01	Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	%	R\$ -
E.02	FGTS sobre afastamento superior 15 dias por acidente trabalho	%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo E</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>

<b>Grupo F - Incidência do Grupo A sobre o Salário-Maternidade</b>			
F.01	Encargos do grupo "A" sobre salário-maternidade	%	R\$ -
<b>Subtotal do Grupo F</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>

<b>Taxa Total de Encargos Sociais (A + B + C + D + E + F)</b>		<b>Σ %</b>	<b>R\$ -</b>
---	--	------------	--------------

<b>V - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais</b>		<b>R\$ -</b>	
--	--	--------------	--

VI – Insumos			
	Uniforme		
	Manutenção de equipamentos		
	Auxílio Alimentação		
	Vale-transporte		
			R\$ -

<b>VII - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais + Insumos</b>	<b>R\$ -</b>
--	--------------

VIII - Benefícios e Despesas Indiretas – BDI			
	LDI	%	R\$ -
	Despesas Administrativas / Operacionais	%	R\$ -
	Outras despesas (discriminar)	%	R\$ -
<b>Total – Benefícios e despesas indiretas</b>	<b>Σ %</b>		<b>R\$ -</b>

IX - Tributação sobre o faturamento			
	ISSQN ou ISS	%	R\$ -
	COFINS	%	R\$ -
	PIS	%	R\$ -
<b>Total - Tributos sobre o faturamento</b>	<b>Σ %</b>		<b>R\$ -</b>

<b>X - Valor Total Geral</b>	<b>R\$ -</b>
------------------------------	--------------

### Observações:

- A empresa contratada deverá apresentar uma planilha de custo para cada posto de trabalho ou categoria profissional constante do Anexo B - “Modelo de Proposta de Preços”, adaptando-a para que constem todos os custos de cada categoria/posto, conforme regime de contratação dos colaboradores;
- O percentual, a inclusão e a exclusão de cada item da planilha é de responsabilidade da Contratada;
- Os percentuais do item “III – Encargos Sociais” incidem diretamente sobre o item “Total da Remuneração”;
- Os percentuais do item “VIII - Benefícios e Despesas Indiretas – BDI” incidem sobre o item “VII - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais + Insumos”;
- Os percentuais do item “IX - Tributação sobre o faturamento” incidem sobre o item “X - Valor Total Geral”;
- O item “X - Valor Total Geral” refere-se à somatória de “VII - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais + Insumos”, “Total – Benefícios e despesas indiretas” e “Total - Tributos sobre o faturamento”;

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90387/2025****PROCESSO : 6210.2025/0009425-7****TIPO : MENOR PREÇO**

**OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICA, CIRÚRGICA, PSIQUIÁTRICA, ORTOPÉDICA DE ADULTOS, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA GINECOLÓGICA E PEDIÁTRICA, TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PEDIÁTRICA E ATENDIMENTO NEUROCIRÚRGICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM) DE MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA INCLUINDO UTILIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A GESTÃO DA SUA UTILIZAÇÃO E PERMITIR O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE ASSISTENCIAL, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.**

**ANEXO IV****MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de \_\_\_\_\_ de 20...

\_\_\_\_\_  
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90387/2025

PROCESSO : 6210.2025/0009425-7

TIPO : MENOR PREÇO

**OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICA, CIRÚRGICA, PSIQUIÁTRICA, ORTOPÉDICA DE ADULTOS, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA GINECOLÓGICA E PEDIÁTRICA, TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PEDIÁTRICA E ATENDIMENTO NEUROCIRÚRGICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM) DE MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA INCLUINDO UTILIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A GESTÃO DA SUA UTILIZAÇÃO E PERMITIR O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE ASSISTENCIAL, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.**

**ANEXO V****MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES****(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

A \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);



- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de de 20...

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90387/2025

PROCESSO : 6210.2025/0009425-7

TIPO : MENOR PREÇO

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICA, CIRÚRGICA, PSIQUIÁTRICA, ORTOPÉDICA DE ADULTOS, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA GINECOLÓGICA E PEDIÁTRICA, TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PEDIÁTRICA E ATENDIMENTO NEUROCIRÚRGICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM) DE MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA INCLUINDO UTILIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A GESTÃO DA SUA UTILIZAÇÃO E PERMITIR O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE ASSISTENCIAL, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

## ANEXO VI

## CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

## (BALANÇO PATRIMONIAL)

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

liquidez corrente – índice maior ou igual a 1,00

liquidez geral – índice maior ou igual a 1,00

solvência geral - índice maior ou igual a 1,00

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG): } \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq \dots$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC): } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq \dots$$

$$\text{Índice de Solvência Geral (ISG): } \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq \dots$$

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90387/2025

PROCESSO : 6210.2025/0009425-7

TIPO : MENOR PREÇO

**OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICA, CIRÚRGICA, PSIQUIÁTRICA, ORTOPÉDICA DE ADULTOS, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA GINECOLÓGICA E PEDIÁTRICA, TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PEDIÁTRICA E ATENDIMENTO NEUROCIRÚRGICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM) DE MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA INCLUINDO UTILIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A GESTÃO DA SUA UTILIZAÇÃO E PERMITIR O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE ASSISTENCIAL, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.**

## ANEXO VII

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

Na condição de representante da Diretoria de Atenção à Saúde, atesto que o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade R.G. nº \_\_\_\_\_, da empresa \_\_\_\_\_, que para conclusão de orçamento, examinou o local e o seu entorno, onde serão prestados os serviços e ficou ciente das condições de execução dos trabalhos.

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ RF: \_\_\_\_\_

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90387/2025****PROCESSO : 6210.2025/0009425-7****TIPO : MENOR PREÇO**

**OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES NA ÁREA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CLÍNICA, CIRÚRGICA, PSIQUIÁTRICA, ORTOPÉDICA DE ADULTOS, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA GINECOLÓGICA E PEDIÁTRICA, TERAPIA INTENSIVA ADULTO, PEDIÁTRICA E ATENDIMENTO NEUROCIRÚRGICO, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM) DE MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE LEITOS DE TERAPIA INTENSIVA INCLUINDO UTILIZAÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A GESTÃO DA SUA UTILIZAÇÃO E PERMITIR O ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE ASSISTENCIAL, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE SERVIÇO PARA CONTROLE DE ESCALAS MÉDICAS E DA SAÚDE, COM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO (HSPM), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.**

**ANEXO VIII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES  
PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS****AO****HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

Declaramos, sob as penalidades da lei, que temos pleno conhecimento das condições, dados e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos no local onde será executado o objeto do presente PREGÃO, cujos elementos incidem diretamente na formulação de nossa proposta e perfeito cumprimento da futura contratação.

Não cabe, por desconhecimento, qualquer questionamento ou reivindicação futura de nossa parte que venham a ensejar avenças técnicas ou financeiras.

Local (Cidade/UF), ... de ..... de 2025

(assinatura e identificação do representante legal/procurador do licitante)

Nome Legível:

R.G.:

Cargo/ função: